

Relatório e Contas

31 dezembro 2024



Santander Asset Management

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	3
2. ORGÃOS SOCIAIS	4
3. PRINCIPAIS INDICADORES DE EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	5
4. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E DE MERCADO	7
5. ALTERAÇÕES REGULAMENTARES	17
6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E CONTROLO DE RISCOS	19
6.1. DESTAQUES DO ANO 2024	21
7. FACTOS RELEVANTES	23
8. PERSPETIVAS PARA 2025	23
9. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	24
10. OBJETIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	24
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	25
12. NOTA FINAL	26

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO DE GESTÃO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

A Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“Sociedade” ou “SAM”), constituída por escritura de 27 de dezembro de 1989, tem por objeto social o exercício das seguintes atividades:

- Gestão de organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVMs);
- Gestão de carteiras por conta de outrem, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- Gestão e representação de organismos de investimento alternativo imobiliário (OIA Imobiliários);
- Gestão de organismos de investimento alternativo em valores mobiliários (OIAVM) e
- Gestão de organismos de investimento alternativo (OIA), nomeadamente fundos de capital de risco.

O ano de 2024 continuou a ser marcado pela boa saúde dos mercados financeiros, com a contínua preferência dos investidores sobre os produtos de obrigações e de mercado monetário.

Ao longo de todo o ano de 2024, a SAM reforçou a sua participação em várias iniciativas com a rede comercial e com a área de *Private Banking* do Banco Santander, por forma a consolidar as subscrições líquidas. Neste sentido, foi um ano muito positivo, em que a SAM continuou a ganhar quota em relação aos seus pares, como se tinha proposto e consolidou a terceira posição, com vendas líquidas positivas em fundos de investimento mobiliário, no valor de 234 milhões de euros.

A SAM Portugal promoveu também uma ação de formação em Madrid para os 50 Gestores *Select* e de *Private Banking*, de forma a incentivar as vendas e a atividade.

O aumento do volume sob gestão, essencialmente em fundos de investimento por via dos produtos de obrigações, impactou o volume de comissões, comparando bem com o orçamento proposto.

Durante o ano, a SAM manteve também a comunicação com a rede comercial do Grupo Santander, através do canal SAM Conecta, plataforma que promove uma conexão direta e acesso a todas as informações de gestão de ativos.

Cumprindo com as suas responsabilidades sobre clientes e acionista, a Sociedade acautelou sempre os riscos financeiros, mantendo um rigoroso controlo sobre os riscos operacionais e legais, as flutuações de mercado e a gestão de risco de liquidez e as exigências regulatórias e em matérias ASG.



A Sociedade preservou também a responsabilidade social relativa aos seus trabalhadores, nomeadamente no que respeita à formação, saúde e bem-estar.

2. ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral – Mandato 2022/2024	
Presidente	António Terra da Motta
Secretário	Ana Catarina Carvalho Costa Lopes

Conselho de Administração – Mandato 2022/2024	
Presidente	Nuno Miguel de Oliveira Henriques
Vogal	Luís Manuel Matos Figueiredo (com funções executivas)
Vogal	Diego Ruiz Reija (não executivo)
Vogal Independente	Maria Otilia Gonçalves Mendeiros Casquilho (não executivo)

Conselho Fiscal – Mandato 2022/2024	
Presidente	José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt
Vogal	Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento
Vogal	Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

Revisor Oficial de Contas – Mandato 2022/2024	
	PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues

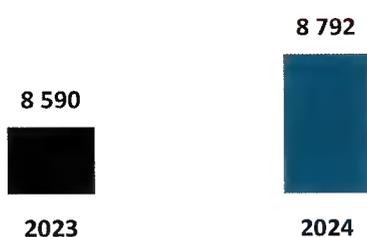


3. PRINCIPAIS INDICADORES DE EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

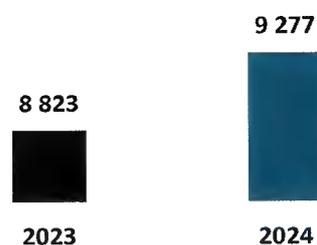


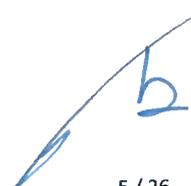
Fonte: APFIPP / SAM

Comissões Líquidas (milhares €)



Ativos Geridos pela Sociedade (milhões €)





	2024	2023
Balço		
Ativo	12 968 068	12 525 410
Capital Próprio	8 944 481	8 769 614
Demonstração dos Resultados:		
Margem Financeira	303 101	223 388
Serviços e Comissões (líquido)	8 792 280	8 589 970
Outros resultados	12 339	(136 451)
Produto da atividade	9 107 720	8 676 907
Custos Operacionais	(4 686 295)	(4 454 667)
Amortizações e provisões	(154 554)	113 816
Impostos	(1 124 174)	(1 079 046)
Resultado Líquido do Exercício	3 142 697	3 257 010
Volume sob Gestão	9 277 091 069	8 822 944 496
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	35%	37%
Rentabilidade do Activo (ROA)	24%	26%
Cost to Income	51%	51%

Em 2024, o mercado de Fundos de Investimento Mobiliário ("OICVM") registou um aumento do volume sob gestão de 12%, a que corresponde 2 144 milhões de euros. Para a SAM, também se registou um aumento de quota de mercado, por acréscimo das vendas líquidas, sobretudo em produtos de obrigações e de mercado monetário, mas também pelo ganho em mercado através da valorização dos ativos. A SAM gere vinte e dois fundos de investimento mobiliário ("OICVM" e "OIAVM"), sendo a sua quota de mercado de 17,13% em 2024. No final do ano, o volume de OICVM sob gestão da Sociedade é de 3 556 milhões de euros.

Em Portugal, o valor dos ativos sob gestão dos Fundos Imobiliários, em 2024, subiu para 14 297 milhões de euros (tinha sido de 11 827 milhões de euros em 2023). No ano de 2024, o valor líquido global dos Fundos Imobiliários geridos pela SAM diminuiu 9% para 188 milhões de euros, em resultado das reduções de capital, tendo a quota de mercado descido de 2,58% para 2,34%.

No que respeita ao mercado total dos Fundos de Investimento Imobiliário ("OIA Imobiliários"), em 2024, as rendibilidades na maioria dos fundos abertos mantiveram-se em valores acima dos 3%.



Na área de gestão de patrimónios, as carteiras sob gestão registaram um aumento de volume de cerca de 2%, totalizando 25 604 milhões de euros no final do ano de 2024. A Sociedade viu, no entanto, a sua quota de mercado passar de 21,62% em 2023 para 21,44% em 2024. Ainda assim, foi registado um aumento de 1% nos ativos sob gestão, para 5 533 milhões de euros.

Volumes (euros)	2024	2023	Variação	Nº Fundos / Carteiras
Fundos Mobiliários	3 556 434 854	3 139 498 315	13%	22
Fundos Imobiliários	188 100 032	205 657 689	-9%	3
Gestão Patrimónios (*)	5 532 556 183	5 477 788 492	1%	368
	9 277 091 069	8 822 944 496	5%	393

(*) Inclui Carteiras de Seguros (Santander Totta Seguros), Clientes de Mandato e Fundos de Pensões

O total de ativos geridos passou de 8 822 944 496 euros, no final de 2023, para 9 277 091 069 euros, no final de 2024. As comissões aumentaram 3%, na sequência do aumento do volume sob gestão.

Em termos de resultados e face a 2023, o resultado líquido da Sociedade diminuiu cerca 4% para o qual contribuiu um crescimento dos custos, acabando por fechar o ano em cerca de 5% acima do homólogo, que advém essencialmente de maior volume de gastos gerais, com impacto do aumento da inflação e, em simultâneo, mais obrigações legais associadas em matérias regulatórias como ASG (Ambientais, Sociais e de Governação) e DORA.

4. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E DE MERCADO

Economia Internacional

O primeiro semestre iniciou com o renovado otimismo num cenário de *soft landing*, o que fez com que os ativos de risco mantivessem a dinâmica positiva de novembro e dezembro do ano anterior. A economia dos EUA cresceu +3,3% anualizado no quarto trimestre, enquanto a taxa de desemprego se manteve em 3,7%. O índice de sentimento do consumidor atingiu um máximo de dois anos e meio, fazendo eco de sondagens anteriores. Apesar do crescimento lento, a Zona Euro conseguiu evitar recessão técnica em 2023, com o PIB a manter-se estável.

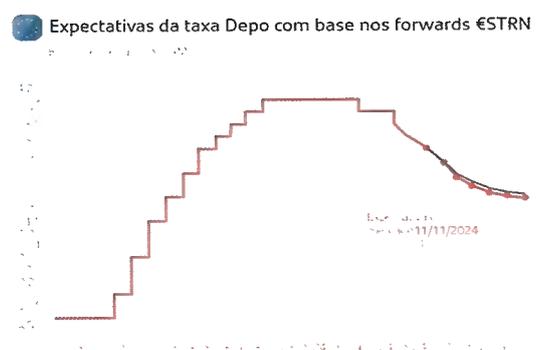



Esta dinâmica ajudou as ações globais, com o S&P 500 (+1,7%) e o STOXX 600 (+1,5%) a alcançarem o terceiro ganho mensal consecutivo, apesar de as ações de bancos regionais nos EUA terem caído após os resultados negativos de bancos de dimensão média terem arrastado o Índice Bancário Regional KBW (-6,8%). As ações chinesas não partilharam os ganhos devido às preocupações com as perspetivas económicas no país, nomeadamente com a contração do setor imobiliário, tendo o CSI 300 caído -6,3%.

Com os ataques dos rebeldes Houthi a navios comerciais no Mar Vermelho a causarem graves perturbações na cadeia de abastecimento, a geopolítica voltou a estar no foco dos investidores. Por sua vez, os EUA e o Reino Unido lançaram ataques aéreos contra os rebeldes Houthi, causando a subida dos preços de petróleo (Brent + 6,1%). As taxas de frete aumentaram significativamente, com o Índice Mundial de Contentores da Drewry a atingir os \$3.964 por contentor. Os custos quase triplicaram desde o final de outubro, depois de mínimos pós-pandemia.

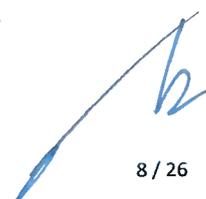
As obrigações soberanas também sofreram com a mensagem, por parte dos bancos centrais, de que cortes de taxas de juro no primeiro trimestre seriam prematuras, cortes esses que estavam totalmente descontados pelos mercados. Nesse sentido a probabilidade de cortes do BCE em março caiu de 65% para 23%. No final do mês de janeiro, os títulos do Tesouro dos EUA tinham caído -0,2%, enquanto as obrigações soberanas do euro tinham caído -0,6%.

O mês de fevereiro ficou caracterizado pela continuação da forte performance dos ativos de risco, com vários índices de ações a atingirem máximos históricos. Nos Estados Unidos o S&P 500 ultrapassou a marca dos 5.000 pela primeira vez e, no Japão, o Nikkei ultrapassou o seu anterior recorde de 1989.

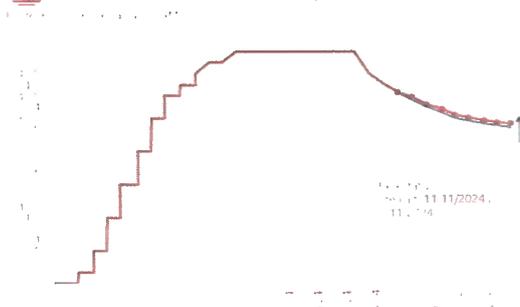


Em termos macro, os dados globais continuavam a ser robustos na sua maioria e a esperança de um *soft landing* aumentava. Os EUA mostraram um aumento de 353 mil postos de trabalho, juntamente com revisões positivas para os dois meses anteriores.

No que diz respeito à inflação, registaram-se novas surpresas em alta, o IPC dos EUA para janeiro registou a evolução mensal de +0,4%, o que elevou a taxa anualizada dos últimos 3 meses para +4,0%. Isto suscitou receios de que o caminho ao objetivo de 2% não seria fácil e levantou questões sobre se a economia enfrentaria uma "não aterragem".

Futuros de taxas dos FED Funds (limite inferior)



Com a inflação acima do objetivo e o crescimento a manter-se forte, os investidores adiaram mais uma vez o calendário de futuros cortes nas taxas. Como resultado, as yields das obrigações soberanas subiram e as obrigações do Tesouro dos EUA a 10 anos (-1,4%) registaram o seu pior desempenho mensal desde setembro.

Da mesma forma, na Zona Euro, os investidores reduziram as expectativas de cortes até dezembro de 1,6% para 0,91%, tendo as obrigações soberanas europeias a 10 anos caído -1,2%.

Março marcou o fim de um trimestre altamente surpreendente no que toca aos dados económicos globais, e consequentemente positivo para os mercados acionistas, aumentando as esperanças dos investidores no *soft landing*. A economia dos EUA cresceu 3,4% no quarto trimestre, com os postos de trabalho a aumentarem 229 mil em janeiro e 275 mil em fevereiro. Na Zona Euro, o crescimento no primeiro trimestre manteve-se estável, contrariamente às estimativas anteriores de uma queda de -0,1%. O PMI composto flash da Zona Euro atingiu um máximo de 9 meses de 49,9 em março, indicando um crescimento contínuo.

Este cenário teve um efeito positivo nos ativos de risco, com o S&P500 (+10,6%) e o STOXX 600 (+7,8%) a atingirem recordes no trimestre com subidas consecutivas desde janeiro. Esta performance também se alastrou a outros ativos de risco, com os spreads de High Yield a estreitarem, o petróleo a subir e as criptomoedas a atingirem valores perto dos máximos históricos. Contudo, este desempenho esteve praticamente todo concentrado nas 7 magníficas e o restante índice subiu apenas 7,9% no trimestre.

Por outro lado, a performance dos ativos chamados seguros, acabou por sofrer neste contexto, com as obrigações de governos a caírem (US Treasuries -1%; Euro Sovereigns -0,7%; e UK Gilts -1.8%) devido às surpresas na inflação norte americana nos primeiros meses. Com a contínua resiliência da economia Norte Americana, e a indicação da FED do adiamento de cortes de taxa, os mercados ajustaram as suas expectativas de Yield.

No entanto, após a primeira subida de taxa do Banco do Japão de há décadas, o Banco central Suiço trilhou o caminho de cortes de taxa, baixando a taxa de referência em 0,25% para 1,50%.

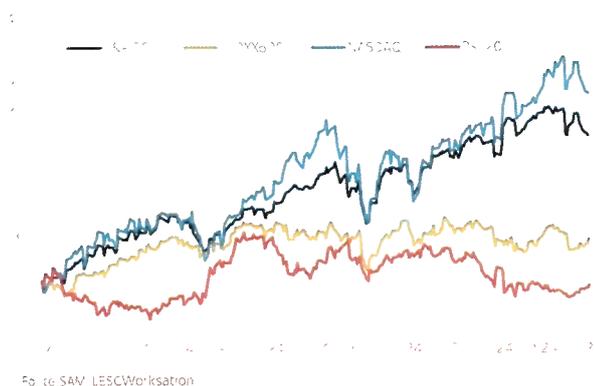
Abril foi palco de correções em todos os ativos após uma série de números económicos inesperados. Pela primeira vez desde outubro de 2022, o ISM voltou a estar na zona de expansão e o indicador de preços pagos atingiu o seu ponto mais alto desde julho de 2022. Nos EUA março, os empregos aumentaram em +303k para o mês. Mais importante ainda, a inflação core dos EUA aumentaria 0,4% em março pelo terceiro mês consecutivo. Como resultado, tornou-se mais difícil explicar que os melhores números de janeiro e fevereiro haviam sido exceção e, em reação, as yields das obrigações de governo dos EUA a 10 anos tiveram

o maior aumento diário desde setembro de 2022. Estes desenvolvimentos levaram o Presidente da Fed, Jerome Powell, a comentar que os dados não deram maior confiança no rumo da inflação e que provavelmente iria demorar mais tempo a atingir o objetivo dos 2%.

Por conseguinte, houve uma mudança discernível por parte dos investidores a favor de um ciclo de flexibilização de taxas mais gradual também que se contagiou ao BCE. Os *Bunds* (-1,8%), os *OATs* (-1,5%) e os *BTPs* (-1,1%) registaram descidas mensais, mas a um ritmo mais lento do que as *US Treasuries* (-2,4%). De facto, os *swaps* de índices *overnight* estavam a cotar com uma probabilidade de 87% de uma descida das taxas até ao final do mês, refletindo as expectativas persistentes nos mercados de que o BCE irá baixar as taxas na sua próxima reunião, em junho.

Neste contexto, as ações registaram perdas e o S&P 500 (-4,1%). Apesar de uma recuperação no fim do mês, esta continuou a

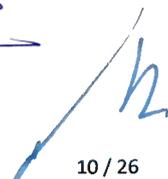
Evolução das ações desde janeiro 2024



ser bastante estreita, e os 7 magníficos (-2,3%) voltaram a bater o S&P 500. Em contrapartida, o índice Russell 2000 de pequena capitalização (-7,0%) registou o seu pior desempenho mensal desde setembro de 2022. O índice MSCI EM registou um retorno total de +0,4% em abril, enquanto o STOXX 600 (-0,8%) na Europa registou uma inversão após cinco semanas consecutivas de avanços.

Ao longo de abril, os mercados também se debateram com a escalada das tensões geopolíticas, especialmente no Médio Oriente causando o VIX a atingir os valores mais altos deste ano. No entanto, os preços do petróleo desceram novamente no final do mês, à medida que as tensões diminuíram e foi evitada uma nova escalada Brent (+0,4%, \$87,86/b).

O mês maio teve um bom começo, depois da FED descansar os mercados quanto à ice bo, o crescimento mais lento do emprego ajudou a aliviar as preocupações de que a economia estava a sobreaquecida.

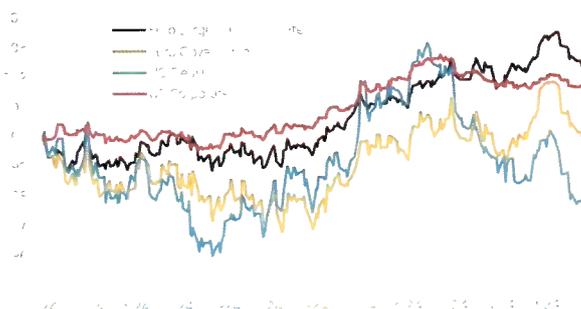
Em meados do mês, os dados de inflação dos EUA de abril revelaram um IPC core de +0,29%, a taxa mais fraca deste ano.

Este contexto conduziu as ações a novos máximos históricos para S&P500 (+5,0%) e o STOXX 600 (+3,5%). Os títulos do Tesouro dos EUA recuperaram, com yield a 10 anos a fechar em 4,34% em 15 de maio, contra 4,68% em abril. Os preços do petróleo caíram em maio devido a um clima geopolítico mais calmo em comparação com abril, apoiando ainda mais esta tendência.

No entanto, a partir de meados do mês, a resiliência económica e uma inflação superior à prevista reforçou a narrativa sobre as taxas de juro “mais altas por mais tempo”, levando os mercados a prever uma sequência muito mais gradual de descidas das taxas.

Na Europa, o PMI provisório da Zona Euro para maio atingiu um máximo de 12 meses, enquanto o BCE informou que os salários negociados aumentaram de +4,5% para +4,7% em termos anuais. Em maio, o IPC core aumentou para 2,9%. No final do mês, os investidores esperavam apenas 55bps de redução das taxas do BCE em dezembro, contra 66bps em abril. Ao longo de maio, a yield alemã a 10 anos aumentou 8 pontos base para 2,66%, com a venda de obrigações do Estado em toda a zona euro.

Evolução das obrigações desde janeiro 2024



Fonte: SAM | ESGWorkstation

PIB Zona Euro	2024	2025e
PIB EUA	2,70%	2,40%
Inflação EUA	3,00%	2,20%
	0,70%	1,10%
Inflação Zona Euro	2,40%	2,20%
PIB Portugal	1,60%	1,80%
PIB Espanha	3,10%	2,50%
PIB China	4,50%	4,40%

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

A nível mundial, as obrigações do Tesouro estiveram sob pressão. Nos EUA, o Conference Board informou que a confiança dos consumidores melhorou em maio, enquanto as actas da Fed declararam que vários participantes expressaram a sua vontade de aumentar a restritividade da política económica se surgirem riscos inflacionistas. Os oradores da Fed foram mais restritivos no seu discurso, com o Governador Waller a afirmar que necessitava de mais dados antes de se sentir confortável em alterar o rumo da política monetária. Da mesma forma, o Vice-Presidente da Fed afirmou que deveriam ficar parados até a política

monetária exercer os seus efeitos na economia. O mês de junho viu o Banco Central Europeu (BCE) anunciar a sua primeira redução de taxas desde a pandemia, baixando a sua taxa de depósito em 25 pontos base para 3,75%. Quatro dos bancos centrais do G10 já baixaram as taxas de juro este ano, depois de o Banco do Canadá ter anunciado a sua primeira descida de taxas do ciclo. Embora a Reserva Federal dos EUA não o ter feito no segundo trimestre, o relatório de inflação de maio, revelou a inflação mais baixa desde agosto de 2021. Este facto serviu para reforçar as previsões de que a Reserva Federal continuaria a reduzir as taxas de juro e, na reunião de junho do FOMC, o ponto mediano continuou a indicar uma descida das taxas até ao final do ano.




No entanto, as obrigações soberanas continuaram a registar dificuldades, ao longo de todo o segundo trimestre, não conseguindo ganhar qualquer tração fazendo com que as obrigações norte americanas a 10 anos aumentassem 20 pontos base na sua Yield (4,40%) durante o trimestre.

Com a realização das eleições para o Parlamento Europeu no início de junho, os desenvolvimentos políticos voltaram a estar no centro das atenções. O Presidente francês Macron declarou a realização de eleições legislativas antecipadas, com a primeira volta marcada para 30 de junho. Na semana seguinte ao anúncio das eleições, o spread franco-alemão a 10 anos aumentou 29 pontos base, em resultado da significativa venda de ativos franceses. Com exceção da crise da dívida soberana em 2011, este foi o maior aumento semanal do spread. Além disso, este foi o pior resultado semanal para o CAC 40 desde março de 2022. No geral, o segundo trimestre marcou o pior desempenho trimestral do CAC 40 nos últimos dois anos (-6,6%), enquanto o spread franco-alemão a 10 anos aumentou +29bps para 80bps. O diferencial franco-alemão a 10 anos não registava um aumento tão grande numa base trimestral desde o quarto trimestre de 2011, durante o auge da crise soberana do euro.

A diferença persistente entre as ações das empresas com Mega capitalização e as restantes foi outra tendência recorrente durante o trimestre. No segundo trimestre, por exemplo, as 7 magníficas ganharam mais 16,9%, contribuindo para o terceiro ganho trimestral consecutivo de 4,3% do S&P 500. No entanto, houve fraqueza noutros sectores, com o Russell 2000 de pequena capitalização a cair -3,3% e o S&P 500 de igual ponderação a cair -2,6%. Após um ganho muito robusto de +21,6% no primeiro trimestre, o STOXX 600 na Europa subiu apenas 1,6% e o Nikkei no Japão desceu 1,9%.

Julho começou com um forte *rally* nos mercados. O S&P 500 subiu em 10 das primeiras 11 sessões, atingindo um máximo histórico a 16 de julho. O rendimento *treasuries* a 10 anos caiu de 4,40% no final de junho para 4,16% a 16 de julho. Dados económicos fracos aumentaram as expectativas de cortes nas taxas pela Fed até setembro. O IPC dos EUA a 11 de julho mostrou o núcleo mais fraco desde janeiro de 2021, reduzindo a taxa anualizada de 3 meses do núcleo do IPC para +2,1%, a mais baixa desde março de 2021. Isto levou os investidores a preverem cortes nas taxas, com o montante de cortes previsto pela reunião de dezembro da Fed para 72,5 pontos base. No final do mês, os mercados de futuros previam 100% de probabilidade de um corte até setembro, e o presidente da Fed, Powell, sugeriu uma possível redução das taxas na próxima reunião.

Apesar do sentimento positivo geral do mercado, alguns relatórios de resultados levantaram dúvidas sobre o *rally* das ações de tecnologia. Os 7 magníficos atingiram um máximo histórico a 10 de julho, mas depois sofreram uma queda significativa, terminando o mês mais de 10% abaixo do seu pico, incluindo uma queda de -5,88% a 24 de julho. Por outro lado, as ações de pequena capitalização beneficiaram da perspectiva de cortes nas taxas, com o Russell 2000 a subir +10,2% em termos de retorno total. Isto marcou a maior superação do Russell 2000 sobre o NASDAQ desde fevereiro de 2001.



Os preços das commodities também caíram, apoiando a movimentação em direção aos cortes nas taxas. O petróleo Brent (-6,6%) teve o seu valor mínimo do ano neste período. Os metais industriais e os preços dos alimentos também caíram.

Os eventos políticos também desempenharam um papel nos mercados, com as eleições legislativas francesas a serem um foco importante. O spread de 10 anos entre a França e a Alemanha estreitou-se em -9,0 pontos base em julho, tranquilizando os mercados ao reduzir a probabilidade de grandes mudanças políticas.

Agosto começou com preocupações sobre uma recessão nos EUA. O relatório de emprego de 2 de agosto revelou um aumento de apenas 114 mil empregos em julho, abaixo dos 175 mil esperados, e a taxa de desemprego subiu para 4,3%. Este relatório veio após o Banco do Japão aumentar as taxas, fortalecendo o iene e enfraquecendo o dólar devido às expectativas de cortes pela Fed. Isso afetou o carry trade do iene.

Em 5 de agosto, os mercados japoneses caíram acentuadamente (TOPIX -12,2%), e a volatilidade global aumentou, com o índice VIX atingindo 65,73 pontos. O S&P 500 teve seu pior desempenho desde setembro de 2022, caindo 3,0%. No auge da turbulência, os futuros previam um corte de 0,50% na taxa de juros da Fed em setembro.

A calma voltou com notícias positivas sobre a economia dos EUA, incluindo pedidos de subsídio de desemprego mais baixos e vendas a retalho positivas em julho. Comentários do vice-governador do Banco do Japão também ajudaram a acalmar os mercados.

No final do mês, o Presidente da FED reforçou a expectativa de cortes nas taxas de juros em Jackson Hole. Dados do IPC dos EUA mostraram uma queda na inflação core para 3,2%, o nível mais baixo desde abril de 2021, sugerindo possíveis cortes de 50 pontos.

Isso levou a uma recuperação rápida: o S&P 500 fechou o mês em alta de 2,4%, o STOXX 600 da Europa subiu 1,6%, e o Nikkei do Japão caiu 1,1%. As obrigações soberanas também subiram, com os treasuries dos EUA aumentando 1,3% e os soberanos europeus 0,4%. O ouro subiu 2,3%, beneficiando do ambiente de taxas mais baixas.

Setembro marcou o fim de um verão turbulento, com o desmontar da carry trade e dados de emprego fracos nos EUA a causar volatilidade. No entanto, os mercados recuperaram rapidamente. Os bancos centrais adotaram uma postura mais *dovish*, com a FED a reduzir as taxas de referência em 50 pontos base na reunião de setembro, o primeiro corte desde março de 2020. Isto tranquilizou os investidores, que passaram a descontar um ciclo mais rápido de flexibilização, totalizando 120bps até 2024.

O Banco do Japão também acalmou os investidores, com o Vice-Governador Uchida a afirmar que não aumentaria a taxa de juro diretora em mercados instáveis. A recuperação dos dados económicos dos EUA também ajudou, com pedidos semanais de



subsídio de desemprego a cair de 241 mil no início de agosto para 224,75 mil em 20 de setembro, o valor mais baixo desde maio. O relatório de agosto mostrou um aumento de 142 mil novos empregos e a taxa de desemprego a cair para 4,2%.

Os mercados desafiaram a tendência negativa de setembro dos últimos anos. O S&P 500 subiu 2,1%, o agregado de obrigações globais da Bloomberg aumentou 1,7%, e os títulos do Tesouro dos EUA subiram 1,2%, marcando o quinto avanço consecutivo. O Brent foi uma exceção, com uma queda de 8,9%, o pior desempenho mensal desde novembro de 2022.

Houve uma rotação notável nas ações tecnológicas, com serviços públicos (+19,4%), industriais (+11,6%) e financeiro (+10,7%) liderando os ganhos. O grupo dos 7 Magníficos subiu apenas 5,4% no trimestre, com o NASDAQ subindo 2,8%. Foi o primeiro trimestre desde 2022 em que o S&P 500 superou os 7 Magníficos.

O principal acontecimento de novembro foi a eleição de Donald Trump nos EUA e o domínio republicano na Câmara dos Representantes e Senado. As ações norte-americanas tiveram um desempenho excepcional, com o S&P 500 a atingir +5,9% de retorno total, o seu melhor desempenho mensal de 2024 até à data. O S&P 500 ponderado por igual teve ganhos ainda maiores de +6,4%. O forte desempenho dos ativos de risco dos EUA foi apoiado pela robustez dos dados económicos, com pedidos iniciais de subsídio de desemprego semanais a diminuir e a média móvel de quatro semanas a cair para 217 mil. O índice de serviços ISM para outubro foi 56,0 e o índice de confiança do consumidor para novembro aumentou para 111,7, o nível mais alto desde julho de 2023.

No entanto, ativos reagiram negativamente às declarações de Trump sobre tarifas de 25% sobre bens do México e Canadá, e uma tarifa adicional de 10% sobre a China. O Philadelphia Semiconductor Index caiu -0,4% em novembro, e o NASDAQ Golden Dragon China Index desceu -3,5%.

Em França, a situação política deteriorou-se, levando a especulações sobre a estabilidade do governo, com o CAC 40 a cair -1,5%. O spread entre obrigações franco-alemãs a 10 anos aumentou +7bps, atingindo 81bps. A geopolítica destacou-se com a Ucrânia a realizar o primeiro ataque com ATACMS dos EUA na Rússia, enquanto Putin aprovou uma alteração à doutrina nuclear. Esta situação aumentou as preocupações sobre uma escalada do conflito, e os futuros do gás natural europeu subiram +17,8%.

No Médio Oriente, um cessar-fogo entre Israel e Hezbollah exerceu pressão descendente sobre os preços do petróleo. A dúvida sobre a redução rápida das taxas pela Fed aumentou após a declaração de Powell de que a economia não indica urgência para reduzir as taxas. A inflação core atingiu um pico de 7 meses em outubro (+0,27% no mês), e a antecipação de uma política mais hawkish fortaleceu o dólar em novembro, com o índice do dólar a subir +1,7%.



Na Europa, os investidores estimaram que o BCE baixaria as taxas mais rapidamente, fazendo o euro cair -2,8% em relação ao dólar, terminando em \$1,058. Os investidores agora focam-se nas reuniões da FED e BCE e na possibilidade de fazer os seus números antes do fim do ano.

Em dezembro o habitual “impulso de natal” dos mercados foi mais escasso devido à orientação da FED para uma posição mais restritiva. Apesar do S&P 500 ter terminado o mês com uma queda de 1,2%, o Nasdaq registou um retorno de +1,64%.

A Reserva Federal (FED) reduziu a sua taxa de juro de referência em um quarto de ponto percentual, para uma faixa de 4,25%-4,50%, indicando uma abordagem mais cautelosa para futuros cortes de taxas. A nova previsão da FED sugere apenas mais dois cortes em 2025, em vez dos quatro anteriormente previstos, refletindo a resiliência da economia e a inflação persistente. A economia dos EUA expandiu-se a uma taxa anualizada de 3,1% no terceiro trimestre de 2024, superando tanto a segunda estimativa de 2,8% como a taxa de crescimento de 3% no segundo trimestre. A taxa de inflação anual subiu ligeiramente para 2,7% em novembro, com a inflação do índice de despesas de consumo pessoal (PCE) a subir para 2,4%.

Na Europa, o STOXX 600 fechou o ano com uma queda de 1,5% em dezembro. O Banco Central Europeu (BCE) reduziu os custos de empréstimo, diminuindo a sua taxa de depósito em um quarto de ponto percentual, para 3%. Este foi o quarto corte de taxa do BCE no ano, em ambiente de instabilidade política e com a ameaça de uma guerra comercial com os EUA. A inflação na zona euro em novembro foi de 2,2%, e o crescimento económico continuou fraco, com o BCE a rever a sua previsão de crescimento do PIB em 2025 para 1,1%.

No Reino Unido, o índice FTSE 100 caiu 2,2% em dezembro. A inflação no Reino Unido aumentou para 2,6% em termos anuais em novembro, impulsionada pelo aumento dos preços dos combustíveis e dos têxteis. O Banco de Inglaterra manteve a sua taxa de referência em 4,75%, com uma abordagem cautelosa para futuros cortes devido à incerteza económica. A economia britânica estagnou no terceiro trimestre de 2024, com o FTSE 100 a registar o seu quarto ano consecutivo de ganhos.

Em contraste, os mercados de ações chineses e japoneses terminaram o ano positivamente. O Banco do Japão manteve as taxas de juro inalteradas, com o índice de preços ao consumidor anual do Japão a subir para 2,7% em novembro. O PIB do Japão cresceu 0,3% no terceiro trimestre de 2024. O mercado de ações da China superou expectativas, impulsionado pelo apoio à política interna e uma mudança na política monetária. A China anunciou uma política monetária “apropriadamente permissiva” em 2025 para apoiar o crescimento económico, com a inflação anual a diminuir para 0,2% em novembro.



Economia Portuguesa

Em 2024, a economia portuguesa apresentou um crescimento moderado, com o Produto Interno Bruto (PIB) a aumentar 1,7%. Este crescimento foi impulsionado por uma recuperação gradual da atividade económica, após os desafios enfrentados nos anos anteriores. Para 2025, espera-se um crescimento mais robusto de 2,2%, refletindo uma melhoria nas condições económicas globais e um aumento da confiança dos consumidores e investidores.

A inflação, que foi um dos principais desafios em 2023, registou uma redução significativa em 2024. A taxa de inflação caiu de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024, graças a uma combinação de políticas monetárias eficazes e uma estabilização dos preços das matérias-primas. Para 2025, prevê-se que a inflação continue a diminuir, atingindo 2,1%, o que deverá contribuir para um ambiente económico mais estável e previsível.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve-se estável em 6,4% em 2024, refletindo uma recuperação contínua do emprego. O crescimento do emprego foi de 1,3% em 2024, com uma previsão de crescimento de 0,8% em 2025. Estes números indicam uma melhoria gradual nas condições do mercado de trabalho, embora ainda haja desafios a serem superados, especialmente em setores mais vulneráveis.

As finanças públicas também mostraram sinais positivos em 2024. O saldo orçamental foi de 0,6% do PIB, indicando uma gestão fiscal prudente e eficaz. No entanto, para 2025, prevê-se um ligeiro défice de -0,1% do PIB, refletindo a necessidade de continuar a apoiar a recuperação económica através de medidas fiscais. A dívida pública, que era de 97,9% do PIB em 2023, diminuiu para 91,2% em 2024, com uma previsão de redução para 86,5% em 2025. Esta trajetória descendente da dívida pública é um sinal positivo de sustentabilidade fiscal a longo prazo.

O consumo privado, um dos principais motores do crescimento económico, cresceu 3,0% em 2024. Este aumento foi impulsionado por um aumento do rendimento disponível real, que subiu 7,1% em 2024, refletindo melhorias nos salários e nas condições de emprego. Para 2025, espera-se que o consumo privado continue a crescer, embora a um ritmo ligeiramente mais lento de 2,7%. A taxa de poupança estabilizou-se ligeiramente acima de 11% em 2024, indicando uma maior capacidade das famílias para poupar.

O investimento, medido pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), teve um crescimento modesto de 0,5% em 2024. No entanto, para 2025, prevê-se um aumento significativo de 5,4%, impulsionado por um ambiente de negócios mais favorável e por políticas de incentivo ao investimento. Este aumento no investimento é crucial para sustentar o crescimento económico a longo prazo e para melhorar a competitividade da economia portuguesa.




No comércio externo, as exportações cresceram 3,9% em 2024, refletindo uma recuperação da procura externa e uma melhoria na competitividade das empresas portuguesas. Para 2025, prevê-se um crescimento das exportações de 3,2%. As importações, por outro lado, aumentaram 5,2% em 2024, impulsionadas pelo aumento do consumo e do investimento. Para 2025, espera-se um crescimento das importações de 4,7%, refletindo uma economia em expansão.

A política orçamental em 2024 foi expansionista, com um aumento da despesa pública e a implementação de novas medidas fiscais destinadas a apoiar a recuperação económica. Estas medidas incluíram investimentos em infraestruturas, apoio às empresas e programas sociais. Para 2025, prevê-se a continuação desta orientação expansionista, com um foco particular em medidas que promovam a sustentabilidade a longo prazo e a inclusão social.

Em resumo, 2024 foi um ano de recuperação e estabilização para a economia portuguesa, com sinais positivos em várias áreas. As previsões para 2025 são otimistas, com expectativas de crescimento económico mais robusto, inflação controlada e melhorias contínuas no mercado de trabalho e nas finanças públicas. No entanto, será crucial manter políticas eficazes e adaptáveis para enfrentar os desafios futuros e garantir um crescimento sustentável e inclusivo.

Fontes: DeutscheBank Research: Early Morning Read Performance reviews: January-December. SAM internal data. LSEG Workstation; Boletim Económico do Banco de Portugal Dez 2024.

5. ALTERAÇÕES REGULAMENTARES

Regulação e Supervisão

Com a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2024, o Regulamento nº CMVM 7/2023 (RRGA) veio regulamentar e concretizar o Regime da Gestão de Ativos (RGA), representando a continuidade das linhas orientadoras da CMVM no setor dos OIC (Organismos de Investimento Coletivo), muito assente na preservação dos benefícios das soluções preconizadas no RGA e na incrementação de soluções regulatórias em matéria de simplificação e de proporcionalidade.

O RRGGA definiu um prazo até 29 de junho para que as entidades reguladas promovessem as necessárias adaptações à regulamentação. O primeiro semestre de 2024, foi, assim, especialmente dedicado à produção dos novos textos dos novos modelos de documentos constitutivos dos OIC, das novas políticas de mecanismos de gestão de riscos, em matérias de custos e encargos e de resgates, cuja divulgação/implementação se impunha até à referida data. Por outro lado, este período foi igualmente alocado aos trabalhos de adaptação à nova sistematização em matéria de reportes à CMVM.

Mas o ano 2024 foi ainda claramente marcado pela nova abordagem da CMVM no exercício das suas funções, privilegiando a supervisão ex-post face à supervisão ex-ante, tendo o regulador lançado diversas ações de supervisão temáticas, umas de âmbito local (prudenciais), outras concertadas e coordenadas pela ESMA (common supervisory actions), o que importou um reforço de interações com o regulador e o cumprimento atempado do correspondente dever de informação, incluindo a nível de sistemas de governo, finanças sustentáveis aplicáveis à gestão de ativos, digitalização do setor financeiro, com destaque para a vertente da cibersegurança, prevenção do branqueamento de capitais, de entre outras.

Em matérias de SFDR, a Sociedade prosseguiu com o seu Plano de Ação para as Finanças Sustentáveis, desenvolvendo a estratégia de investimento sustentável e responsável comum ao nível corporativo (Grupo Santander), assente na abordagem da relevância e consideração de aspetos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança), enfrentando o desafio cada vez maior quando se fala em reporte de sustentabilidade.

Foram aprovadas versões atualizadas das políticas internas de Investimento Sustentável e de Sustentabilidade, bem como das Política de Voto e de *Engagement*, claramente relacionadas com as estratégias ambientais, sociais e de melhores práticas de governo. Neste âmbito, a Sociedade deu ainda cumprimento às publicações e divulgações exigíveis quanto a transparência dos impactos negativos para a sustentabilidade a nível da entidade.

As equipas envolvidas na implementação do Projeto *Individual Social Responsibility* (ISR) estiveram empenhadas na recolha e tratamento dos dados e informações indispensáveis para instruir a elaboração de todos os documentos de divulgação de informação pré contratual e pós-contratual e ainda informação quanto à integração dos riscos em matéria de sustentabilidade e à consideração dos impactos negativos para a sustentabilidade nos seus processos de decisão de investimento, tal como previsto no Regulamento SFDR de demais regulamentação complementar, sempre com o propósito de assegurar o efetivo cumprimento das obrigações de divulgação de informação dentro dos prazos legais.

No que concerne a PRIIPs, em 2024, as áreas de Marketing e Produto e Riscos & Compliance da Sociedade estiveram igualmente envolvidas na implementação do Projeto de implementação do pacote legislativo PRIIPs que se dirige a promover os interesses dos investidores de retalho (Retail investment package), designadamente a preparação e atualização dos DIF/KID a disponibilizar, com o objetivo de dar cumprimento à respetiva divulgação (divulgações pré-contratuais). Esta temática envolveu a necessidade da implementação e monitorização dos processos de formação de preços com a identificação e quantificação de todos os custos e encargos dos OIC.

Finalmente, em matérias DORA, com o *deadline* da entrada em vigor da Regulamentação DORA, relativo à resiliência operacional digital do setor financeiro, aplicável a partir de 17 de janeiro de 2025, importou um sério planeamento quanto a trabalhos para a respetiva implementação. Este Regulamento implica a sujeição da Sociedade a requisitos uniformes mais exigentes em

matéria de gestão de risco operacional digital, incluindo na gestão, prevenção e reporte de incidentes relacionados com as tecnologias de informação e comunicação (TIC). O impacto do Regulamento DORA envolve matéria de governação e de gestão do risco associado às TIC, sob a responsabilidade expressa do órgão de administração, em particular na necessidade de adaptação de estrutura organizacional no domínio deste risco, incluindo o decorrente da prestação de serviços TIC por terceiros.

Neste âmbito, o plano de implementação do DORA, envolvendo as várias equipas da Sociedade, provocou um especial envolvimento do Departamento de Tecnologia & Operações e do Departamento de Riscos & Compliance no que respeita à implementação/adaptação das respetivas políticas e procedimentos internos, através, designadamente, da implementação de sistemas de monitorização e de minimização do risco relativo às TIC, do registo e reporte de incidentes TIC, identificação e classificação das funções críticas ou importantes, adaptação dos planos de continuidade de negócio e de recuperação e incremento dos testes periódicos às suas ferramentas e sistemas TIC.

6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E CONTROLO DE RISCOS

Foi um ano com vendas líquidas positivas para os fundos de investimento, sobretudo em fundos de obrigações e de tesouraria. Em termos de gestão de carteiras, nomeadamente em seguros, houve vencimento de produtos não compensados com novas entradas, o que acabou por colocar o total de vendas em negativo. O efeito por valorização de mercado foi positivo, o que colocou os volumes geridos em mais 5% face ao homólogo.

Face ao período homólogo, as comissões líquidas variaram positivamente em cerca de 3%, por via do acréscimo de venda de fundos de investimento, nomeadamente de taxa fixa. Verificou-se um acréscimo dos custos face ao homólogo, por efeito da atividade normal e regulatória da sociedade e com impacto da inflação.

Os diferentes procedimentos implementados pela Sociedade para a monitorização de riscos realizaram-se com as periodicidades definidas nos manuais de procedimentos e nos Service Level Agreement acordados com a entidade subcontratada, Santander Asset Management SA, SGIIC ("SAM SGIIC").

Os limites internos continuaram a ser monitorizados em tempo real com recurso à aplicação Aladdin, através da definição do apetite de risco de cada produto, o que permite uma maior robustez na monitorização efetuada pela segunda linha de defesa da Sociedade.



O seguimento periódico efetuado, nomeadamente no que respeita à gestão do risco de liquidez, o exercício de *time to cash*, o seguimento de ativos menos líquidos e a realização de *stress test* trimestrais, evidenciaram que todos os fundos apresentam resultados que permitem afastar situações de potencial iliquidez.

O exercício de *time to cash* permitiu aferir, a todo o momento, a proporção de cada carteira que é transformável em liquidez em determinado horizonte temporal, não se tendo identificado situações de potencial risco.

A aplicação de uma política de segmentos de rating, de acordo com o perfil de risco de cada carteira, assegurou a dispersão do risco dos emissores selecionados e permitiu a minimização de impactos no caso de ocorrer a degradação da qualidade creditícia de um emissor que não tenha sido antecipada.

Durante o ano de 2024, a Sociedade continuou a gerir um conjunto de procedimentos de monitorização dos riscos das carteiras sob sua gestão, incluindo o risco de liquidez, que executa de forma a efetuar uma gestão prudente dos mesmos e rege-se por um sistema de controlo interno, assente no envolvimento das diferentes linhas de defesa e dos órgãos de governo interno, dos quais se destacam as reuniões do Conselho de Administração e os Comitês de Riscos e de *Compliance*.

A Sociedade manteve um acompanhamento regular e apertado sobre o impacto do cenário macroeconómico na sua solvabilidade.

Por outro lado, os seus rácios de rentabilidade do Capital Próprio e do Ativo mantiveram os seus níveis.

Em 2024, a SAM, como já referido, manteve o seu esforço para a sustentabilidade, continuando a aplicar os critérios financeiros e não financeiros com o objetivo de integrar a sustentabilidade nos investimentos das várias carteiras. Para o efeito, foram utilizados critérios financeiros, ambientais, sociais e de boas práticas de Governance, a fim de obter uma visão mais completa e global dos ativos onde investe em relação à sua sustentabilidade financeira, social e ambiental; e tendo em consideração, as características ASG (Ambientais, Sociais e Governança).

Conforme já referido, o ano de 2024 foi também marcado pelas adaptações da atividade da Sociedade às exigências legais e regulamentares DORA, ASG e outras dos reguladores.

Visando a contínua melhoria na qualidade do serviço, o portal SAM Conecta continuou a ser uma aposta constante. Foram reforçados e melhorados os relatórios diários que visam manter os seus utilizadores atualizados, relatórios semanais sobre fundos de investimento, estratégias do momento e notas de mercado especiais.

Relativamente à atividade de gestão de OICVM foi lançado um novo produto em 2024, o Santander Obrigações 2027, cujo objetivo foi satisfazer as necessidades dos clientes com um perfil de risco conservador, que pretendam aplicar o capital numa

ótica de médio prazo. Para os clientes o que se pretende é que tenham acesso a uma carteira diversificada de ativos que pretendem proporcionar uma distribuição de rendimentos anual, sujeita à capacidade financeira dos emitentes e de acordo com a sua própria política de investimento.

Por sua vez, nos fundos de investimento imobiliário, a Sociedade manteve a sua estratégia de desinvestimento, com a alienação de ativos e reduções de capital.

Por último, de referir que a Sociedade faz um controlo anual, através de declarações individuais dos seus colaboradores de compromisso de conhecimento do Código de Conduta no Mercado de Valores, bem como da declaração de entidade pela qual operam, sendo que todas as operações por conta própria são devidamente acauteladas e autorizadas, nomeadamente as que respeitam aos seus Administradores. Neste sentido, também a sua política de remunerações prevê que as remunerações variáveis sejam pagas em unidades de participação ou ações dos OIC sob gestão, informação que é divulgada na Nota 20 do Relatório e Contas.

6.1. DESTAQUES DO ANO 2024

Organismos de Investimento Mobiliário:

FUNDOS	DESTAQUES
Obrigações Curto Prazo	Entradas recorde no fundo em 2024 (+398M) Aumento da exposição a crédito fruto da queda das yields soberanas de curto prazo
Santander Multicrédito	Aumento da duração do fundo ao longo do ano, com ativos de dívida soberana a representar mais de 60% da composição do património gerido
Santander Multi Estratégia	Incorporação da gestão do fundo na equipa de investimentos quantitativos da SAM
Santander Rendimento	Aumento das posições de diversificação de retorno, com a componente cambial a ser incluída na gestão



Gama Select e Private	Fusão do Santander Sustentável com Select Moderado
Obrigações 2027	Fundo aberto com o objetivo de providenciar a possibilidade de garantia de yields com maturidade a médio prazo

Alocação de Ativos:

O cenário central de *soft landing* nas economias desenvolvidas foi ganhando peso na alocação estratégica das equipas de gestão, tendo os ativos cíclicos mantido uma sobre exposição nas carteiras no decorrer de 2024. A transição de governos para crédito e de *investment grade* para *high yield* foi sendo implementada ao longo do ano, conforme os indicadores macro iam reforçando a convicção no cenário base.

Em termos de mercados acionistas, o excecionalismo norte-americano foi capturado pela sobre exposição nas carteiras ao S&P 500, tendo a performance das mesmas sido exponenciada pela apreciação do dólar norte-americano ao longo de 2024.

OIA Imobiliários:

Nos fundos imobiliários, a Sociedade, após a venda de vários imóveis, procedeu a reduções de capital no valor total de 21,6 milhões de euros, no Novimovest FII no valor de 20,2 milhões de euros e no Imorent no valor de 1,4 milhões de euros.

FUNDOS	DESTAQUES
Novimovest	Em 2024, o foco permaneceu na alienação/arrendamento de ativos devolutos, melhorando assim a rendibilidade do fundo. Foram transacionados ativos no montante de 10,7 milhões de euros, dos quais 2,2 milhões de euros encontravam-se devolutos, o que representa uma redução de 8% de imóveis devolutos em carteira. Procedeu-se ao arrendamento de imóveis no montante de 7,1 milhões de euros.
Lusimovest	A atividade do Fundo no ano de 2024 residiu na gestão dos imóveis em carteira. A venda do imóvel sito na Av. Calouste Gulbenkian, Funchal, esteve a ser negociado mas não foi possível a sua concretização.



Imovent

Procedeu-se à venda de 6 imóveis e está prevista a venda das 2 últimas frações em carteira em 2025. Perspetiva-se a liquidação do Fundo no 1º semestre de 2025.

7. FACTOS RELEVANTES

Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 da Sociedade e o seu impacto foi moderado, quer por efeito das taxas de inflação, quer pela valorização do mercado.

Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações da Sociedade.

Também em termos de Grupo e do Acionista, há a expectativa de continuidade da atividade da Sociedade.

8. PERSPETIVAS PARA 2025

As nossas perspetivas de investimento ao longo de 2024 basearam-se num cenário central designado por "Aterragem suave e os Bancos Centrais a tornarem-se neutrais". Neste cenário, o crescimento económico estabiliza em torno seu nível tendencial, e a política monetária passa de restritiva para neutra, sendo a inflação controlada com sucesso.

Desse modo, no decorrer dos últimos 12 meses, as carteiras mantiveram um posicionamento pró risco, que beneficiou os participantes nos fundos mistos e de ações com retornos acima das médias históricas.




Para a indústria de gestão de ativos, a normalização de política monetária mantém condições nos mercados financeiros para gerar retornos positivos nos próximos trimestres. Ao contrário de 2024, o pico e compressão da margem financeira dos bancos nacionais já se iniciou, o que poderá, em termos de volumes, criar um cenário mais benigno para as sociedades gestoras.

Assim, a SAM continuará a encontrar soluções de investimento que procurem adaptar-se às condições do mercado, e que sejam simultaneamente inovadoras, como produtos que invistam em empresas tecnológicas, que serão o futuro da economia, ou soluções de investimento que cumpram os critérios de investimento ASG.

Em 2025, a Sociedade vai continuar a trabalhar no sentido de oferecer e otimizar a gama de produtos, de forma que promova características sociais e ambientais .

A Sociedade pretende continuar a ganhar quota de mercado e a manter-se a terceira maior entidade gestora de OICVM.

As transformações continuarão a ter por base um projeto global, levado a cabo com a missão de transformar a SAM numa empresa global, mais ágil, mais organizada e ainda mais eficiente. Pretende-se ainda consolidar a supervisão dos riscos.

9. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2024 que afetem as demonstrações financeiras apresentadas e que devessem ser registados e/ou divulgados.

10. OBJETIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade realiza uma análise e avaliação periódicas sobre os principais riscos financeiros existentes a que se encontra exposta no âmbito da sua atividade: risco de crédito, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de mercado e risco cambial; considerando que, para todos estes, existe baixa exposição, pela especificidade e características da mesma.

A Sociedade considera que, face à sua atividade, a exposição ao risco de crédito é reduzida limitando-se ao Banco Santander Totta, aos fundos geridos e clientes de gestão de carteiras relativamente às comissões de gestão a receber. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, títulos de dívida pública e a comissões a receber dos fundos geridos.

Por outro lado, a Sociedade considera ainda que não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a *funding*.

Tendo em conta a atividade que desenvolve, a Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De referir que aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem junto do Banco Santander Totta.

A Sociedade considera que não tem exposição direta ao risco de mercado. Esta exposição está presente apenas na esfera dos fundos de investimento geridos e nas carteiras de patrimónios de clientes e que, por esta via, poderão afetar indiretamente os resultados da Sociedade.

Por último, a Sociedade entende que não se encontra exposta ao risco cambial. Os ativos da Sociedade, conforme referido acima, correspondem essencialmente a depósitos à ordem, títulos de dívida pública e a comissões a receber e encontram-se denominados em euros.

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício de 2024, no total de 3 142 696,75 euros:

- i) 3 000 000 euros para distribuição ao Acionista único; e
- ii) 142 696,75 euros serão transferidos para resultados transitados.

A reserva legal encontra-se devidamente acautelada e acima dos requisitos previstos no artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais não sendo, assim, aplicável qualquer dotação para este efeito. Adicionalmente, a distribuição do resultado não coloca em risco o cumprimento de qualquer indicador e requisitos regulatórios.




12. NOTA FINAL

O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para os resultados verificados, nomeadamente:

- Ao Banco Santander Totta, por todo o seu contributo e empenho;
- Aos colaboradores da Sociedade pela sua dedicação e esforço;
- Às entidades de supervisão, nomeadamente CMVM e à Associação do Setor, APFIPP, pelo apoio prestado nas frequentes relações mútuas;
- Aos órgãos sociais da Sociedade e ao revisor oficial de contas, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções.

Lisboa, 13 de fevereiro de 2025



Nuno Miguel de Oliveira Henriques



Luis Manuel Matos Figueiredo



Diego Ruiz Reija



Maria Otilia Gonçalves Mendeiros Casquilho

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	10 463 052	10 143 221
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados		8 427	8 427
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4	300 761	302 458
Outros ativos tangíveis	5	79 307	24 801
Ativos intangíveis	5	-	-
Ativos de contratos com clientes	6	2 051 225	1 960 550
Outros ativos	7	65 296	50 800
Ativos por impostos correntes	8	-	35 153
Total do Ativo		12 968 068	12 525 410
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
Passivos por impostos correntes	8	196 658	-
Provisões	9	1 462 355	1 334 398
Outros passivos	10	2 364 574	2 421 398
Total do Passivo		4 023 587	3 755 796
Capital	11	1 167 358	1 167 358
Prémios de emissão	12	1 379 680	1 379 680
Outras reservas e resultados transitados	13	3 246 905	2 989 895
Reservas de reavaliação	13	7 841	(24 329)
Resultado líquido do exercício		3 142 697	3 257 010
Total do Capital Próprio		8 944 481	8 769 614
Total do Passivo e do Capital Próprio		12 968 068	12 525 410

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado



Humberto Miguel Patricio Caldas

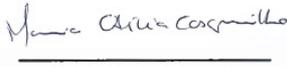
O Conselho de Administração



Nuno Miguel Oliveira Henriques



Luis Manuel Matos Figueiredo



Maria Otília G.M. Casquilho



Diego Ruiz Reija

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2024	2023
Juros e rendimentos similares	16	303 101	223 388
Juros e encargos similares		-	-
Margem financeira		303 101	223 388
Rendimentos de serviços e comissões	17	15 437 028	14 977 374
Encargos com serviços e comissões	17	(6 644 748)	(6 387 404)
Resultados em operações financeiras		(23 147)	-
Resultados de reavaliação cambial		14 921	(5 915)
Outros resultados de exploração	18	20 565	(130 536)
Produto da atividade		9 107 720	8 676 907
Custos com pessoal	19	(1 930 822)	(1 879 565)
Gastos gerais administrativos	21	(2 755 473)	(2 575 102)
Depreciações e amortizações	5	(26 597)	(16 361)
Provisões líquidas de reposições e anulações	9	(127 957)	130 177
Resultado antes de impostos		4 266 871	4 336 056
Impostos sobre o rendimento	22	(1 124 174)	(1 079 046)
Resultado líquido do exercício		3 142 697	3 257 010
Resultados por ação			
Básicos	14	2,69	2,79
Diluídos	14	2,69	2,79

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado


Humberto Miguel Patrício Caldas

O Conselho de Administração


Nuno Miguel Oliveira Henriques


Luis Manuel Matos Figueiredo


Maria Otília G.M. Casquilho


Diego Ruiz Reija

DEMONSTRAÇÃO DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado líquido do exercício		<u>3 142 697</u>	<u>3 257 010</u>
Itens ainda não reconhecidos na demonstração dos resultados			
Variações no justo valor dos ativos financeiros			
- Pelo justo valor através de outro rendimento integral	13	32 170	7 607
- Impacto fiscal		-	-
Total		<u>32 170</u>	<u>7 607</u>
Rendimento integral do exercício		<u>3 174 867</u>	<u>3 264 617</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado


Humberto Miguel Patrício Caldas

O Conselho de Administração


Nuno Miguel Oliveira Henriques


Luís Manuel Matos Figueiredo


Maria Otilia G.M. Casquilho


Diêgo Ruiz Reija

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital	Prêmios de emissão	Reservas de reavaliação			Reservas e resultados transitados			Resultado líquido do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	Por imposto diferido	Total de reservas de reavaliação	Reservas legais	Resultados transitados	Total de reservas e resultados transitados		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1 167 358	1 379 680	(31 936)	-	(31 936)	1 282 532	4 934 902	6 217 434	3 772 461	12 504 997
Aplicação do resultado de 2022:										
- Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(3 227 539)	(3 227 539)	(3 772 461)	(7 000 000)
- Transferência para Reservas e Resultados Transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado integral do exercício	-	-	7 607	-	7 607	-	-	-	3 257 010	3 264 617
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1 167 358	1 379 680	(24 329)	-	(24 329)	1 282 532	1 707 363	2 989 895	3 257 010	8 769 614
Aplicação do resultado de 2023:										
- Pagamento de dividendos	13	-	-	-	-	-	257 010	257 010	(3 257 010)	(3 000 000)
- Transferência para Reservas e Resultados Transitados	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado integral do exercício	-	-	32 170	-	32 170	-	-	-	3 142 697	3 174 867
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1 167 358	1 379 680	7 841	-	7 841	1 282 532	1 964 373	3 246 905	3 142 697	8 944 481

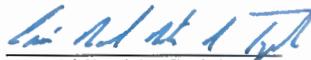
O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

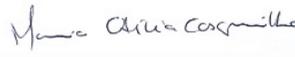
O Contabilista Certificado

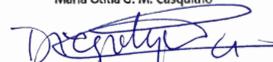

Humberto Miguel Patrício Caldas

O Conselho de Administração


Nuno Miguel Oliveira Henriques


Luís Manuel Matos Figueiredo


Maria Otília G. M. Casquilho


Diego Ruiz Reija

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

		Notas	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimento de comissões, líquido			8 812 268	9 139 368
Pagamentos a fornecedores			(2 166 415)	(2 667 234)
Pagamentos ao pessoal, líquido			(1 663 798)	(1 513 490)
Fluxos de caixa líquidos gerados pelas operações			<u>4 982 054</u>	<u>4 958 644</u>
Recebimentos/(pagamentos) de imposto sobre o rendimento		22	(892 362)	(965 359)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional			(973 436)	(298 339)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	[1]		<u>3 116 256</u>	<u>3 694 946</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Juros e proveitos similares			302 050	231 091
Alienação/reembolso de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		4	309 981	-
			<u>612 031</u>	<u>231 091</u>
Pagamentos respeitantes a:				
Aquisição de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		4	(326 293)	-
Aquisição de ativos intangíveis			-	-
Aquisição de outros ativos tangíveis		5	(82 163)	(6 336)
			<u>(408 457)</u>	<u>(6 336)</u>
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	[2]		<u>203 575</u>	<u>224 755</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Dividendos		13	(3 000 000)	(7 000 000)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	[3]		<u>(3 000 000)</u>	<u>(7 000 000)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	[4] = [1]+[2]+[3]		319 831	(3 080 299)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		3	10 143 221	13 223 520
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		3	10 463 052	10 143 221

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

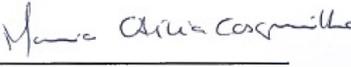
O Contabilista Certificado


Humberto Miguel Patrício Caldas

O Conselho de Administração


Nuno Miguel Oliveira Henriques


Luís Manuel Matos Figueiredo


Maria Otilia G.M. Casquilho


Diego Ruiz Reija

Anexo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

NOTA INTRODUTÓRIA - ATIVIDADE ECONÓMICA

A Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“Sociedade” ou “SAM”), constituída por escritura de 27 de dezembro de 1989, tem por objeto social o exercício das seguintes atividades:

- Gestão de organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVMs);
- Gestão de carteiras por conta de outrem, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- Gestão e representação de organismos de investimento alternativo imobiliário (OIA Imobiliários);
- Gestão de organismos de investimento alternativo em valores mobiliários (OIAVM) e
- Gestão de organismos de investimento alternativo (OIA), nomeadamente fundos de capital de risco.

No dia 26 de março de 2020, foi concretizada a aquisição, pela Santander Asset Management UK Holdings Limited (“LATCO”), da participação qualificada correspondente a 100% do capital social da Santander Asset Management – SGOIC, S.A., ao abrigo da decisão de não oposição adotada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 11 de março. A LATCO é uma sociedade de direito inglês detida indiretamente a 100% pelo Banco Santander, S.A., em Espanha, pelo que este continua também a ser, por esta via, o titular da totalidade do capital social da Santander Asset Management – SGOIC, S.A..

Na sequência da operação referida, a nova acionista única da Sociedade, aprovou por unanimidade em Assembleia Geral, ao abrigo do disposto nos artigos 97.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”) a operação de fusão, por incorporação, da Popular Gestão de Activos – SGOIC, S.A. (“Popular Gestão de Activos”), cujo registo definitivo teve como consequências, em particular:

- (i) a transmissão da totalidade do património da Popular Gestão de Activos para a Sociedade; e
- (ii) a extinção, sem entrada em liquidação, da Popular Gestão de Activos nos termos do artigo 112.º alínea a) do CSC. Os efeitos da fusão reportaram-se a 31 de março de 2020.

A partir desta data, os seis OICVM’s até aí geridos pela Popular Gestão de Activos passaram a ser diretamente representados e administrados pela Sociedade. Quatro destes fundos foram, no decorrer do exercício de 2021, fusionados em outros fundos geridos pela Sociedade. Em janeiro de 2022, concretizaram-se as operações de fusão dos restantes dois fundos, Popular Global 50 - Fundo de Investimento Aberto Misto e Popular Global 75 -



Fundo de Investimento Aberto de Ações, no Santander Select Dinâmico - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

No âmbito da atividade de gestão de OICVMs foram lançados três novos produtos em 2023, cujo objetivo foi satisfazer as necessidades dos clientes com um perfil de risco conservador, que pretendam aplicar o capital numa ótica de médio prazo. Para os clientes o que se pretende é que tenham acesso a uma carteira diversificada de ativos que pretendem proporcionar uma distribuição de rendimentos anual, sujeita à capacidade financeira dos emitentes e de acordo com a sua própria política de investimento.

Em 2024 foi lançado mais um produto eminentemente investido em Obrigações.

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade era responsável pela gestão de 22 OICVM's e OIAVM, conforme a tabela abaixo:



Descrição	Tipo	Prazo	Data de autorização
Santander Acções América (*)	Aberto	Indeterminado	16/04/1998
Santander Acções Europa	Aberto	Indeterminado	06/05/1999
Santander Aforro PPR	Aberto	Indeterminado	26/08/2022
Santander Carteira Alternativa	Aberto	Indeterminado	30/03/2004
Santander Carteiras Conservador	Aberto	Indeterminado	04/12/2018
Santander Investimento Global (*)	Aberto	Indeterminado	30/09/1991
Santander Multicrédito	Aberto	Indeterminado	06/03/2003
Santander Multi-Estratégia (*)	Aberto	Indeterminado	05/03/2021
Santander Obrigações Curto Prazo	Aberto	Indeterminado	04/05/1991
Santander Poupança Prudente FPR	Aberto	Indeterminado	10/05/2001
Santander Poupança Valorização FPR	Aberto	Indeterminado	23/11/1989
Santander Private Defensivo	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Private Dinâmico	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Private Moderado	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Rendimento (*)	Aberto	Indeterminado	10/10/2018
Santander Select Defensivo	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Select Dinâmico	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Select Moderado	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Objetivo	Aberto	Determinado	23/02/2023
Santander Objetivo II	Aberto	Determinado	19/05/2023
Santander Objetivo III	Aberto	Determinado	24/08/2023
Santander Obrigações 2027	Aberto	Determinado	20/03/2024

(*) fundo *feeder*

Por outro lado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade foi igualmente responsável pela gestão dos seguintes OIA Imobiliários:

- Lusimovest – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (“Lusimovest”);
- Novimovest – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (“Novimovest”);
- Imorent – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (“Imorent”).

No que se refere à atividade de gestão de patrimónios, os serviços são, essencialmente, prestados a entidades relacionadas do Grupo Santander, conforme indicado na Nota 15.






Para a Sociedade, o ano foi de aumento dos ativos sob gestão, por efeito das vendas líquidas positivas, sobretudo em fundos de investimento mobiliário, com especial destaque para os fundos de obrigações e de mercado monetário, derivado da conjuntura. Houve, simultaneamente, uma forte valorização do mercado nos últimos meses do ano. Nesta segunda componente, os ativos sob gestão da Sociedade ganharam 475 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o total de ativos sob gestão foi de 9 277 091 069 euros e 8 822 944 496 euros, respetivamente (ver Nota 15).

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou cujos pressupostos e estimativas são significativos para a preparação, das mesmas encontram-se apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2025, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2024, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2023.



b

1.2. Adoção de Normas e Interpretações novas, alteradas ou revistas

Durante o exercício de 2024 a Sociedade considerou e, conforme aplicável, adotou as seguintes alterações às normas endossadas pela União Europeia de aplicação obrigatória pela primeira vez no início do exercício:

- a) IAS 1 (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"'. Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva. Não se verificam impactos para a Sociedade decorrentes da alteração referida.
- b) IAS 7 (alteração) e IFRS 7 (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores'. Estas alterações exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados, para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do impacto dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na *Agenda Decision* de dezembro de 2020. Não se verificam impactos para a Sociedade decorrentes da alteração referida.

- c) IFRS 16 (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente dos passivos de locação, no âmbito de transações de venda e relocação, que qualificam como "vendas" à luz dos princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são variáveis e não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que não reconheçam ganhos/(perdas) relativamente ao Ativo sob direito de uso retido. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Não se verificam impactos para a Sociedade decorrentes da alteração referida.

Adicionalmente, a Sociedade tomou em consideração as seguintes alterações previstas para 2025 e anos seguintes:

- Novas normas e alterações publicadas, já endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que incluem em ou após 1 de janeiro de 2025

IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025
---	--	----------------------

- Novas Normas e alterações publicadas, ainda não endossadas pela União Europeia, que se tornam efetivas em ou após 1 de janeiro 2026

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the letter 'b'.

IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração dos instrumentos financeiros	Introdução de uma nova exceção à definição de data de desreconhecimento quando a liquidação de passivos financeiros é efetuada através de um sistema de pagamento eletrónico. Orientação adicional para avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são apenas pagamentos de capital e juros. Exigência de novas divulgações para determinados instrumentos com termos contratuais que possam alterar os fluxos de caixa. Novas divulgações sobre os ganhos ou perdas de justo valor reconhecidos no capital próprio em relação a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral.	1 de janeiro de 2026
IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fonte renovável	Referente à contabilização dos Contratos de aquisição de energia para eletricidade gerada a partir de fonte renovável no que diz respeito: i) à clarificação da aplicação dos requisitos de 'uso próprio'; ii) à permissão de aplicar a contabilidade de cobertura caso os contratos de energia renovável sejam designados como instrumentos de cobertura; e iii) à adição de novos requisitos de divulgação sobre o desempenho financeiro e fluxos de caixa da entidade.	1 de janeiro de 2026
Melhorias anuais – volume 11	Clarificações várias às normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7	1 de janeiro de 2026
IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras	Requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, com enfoque na demonstração dos resultados, através da especificação uma estrutura modelo, com a categorização dos gastos e rendimentos em operacionais, investimento e financiamento, e a introdução de subtotais relevantes. Melhorias na divulgação de medidas de desempenho da gestão e orientação adicional sobre a aplicação dos princípios de agregação e desagregação de informação.	1 de janeiro de 2027

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'h' and a signature that appears to be 'Dreyfus'.

IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações	Norma que apenas trata de divulgações, com requisitos de divulgação reduzidos, que é aplicada em conjunto com outras normas contabilísticas IFRS para requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Só pode ser adotada por subsidiárias “Elegíveis” que não estejam sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira e tenham uma empresa-mãe que prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que estejam em conformidade com as IFRS.	1 de janeiro de 2027
---	--	----------------------

Decorrente da adoção futura das novas normas e alterações referidas, e após análise da aplicabilidade das mesmas à atividade da Sociedade, não se esperam impactos significativos para a mesma.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” apresentada na demonstração de fluxos de caixa, engloba os saldos registados no balanço relativos a aplicações que apresentam maturidade desde o momento inicial igual ou inferior a 3 meses, liquidez elevada e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor, onde se incluem as “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

b) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo é classificado ao justo valor através de outro rendimento integral (JVRI) se forem satisfeitas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida. Um ganho ou perda resultante de um ativo financeiro mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral deve ser reconhecido em outro rendimento integral, exceto no caso de ganhos ou perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais até que o ativo financeiro seja anulado ou reclassificado.

No momento do desreconhecimento, os ganhos e as perdas acumuladas, anteriormente reconhecidas nos outros rendimentos integrais são transferidos dos outros rendimentos integrais (capital próprio) para resultados.

c) outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

A amortização dos ativos tangíveis é calculada com base no método das quotas constantes, por duodécimos, ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	Anos
Mobiliário e material	6 a 10
Máquinas e ferramentas	5 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento informático	3 a 5
Equipamento de transporte	4

As obras em edifícios arrendados são amortizadas durante um período médio de 5 anos, correspondente à sua utilidade esperada.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, as despesas relacionadas com a aquisição de software. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

e) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos, incluindo os juros e comissões, são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

f) Comissões

i) Comissão de gestão (OICVM e OIA's imobiliários) - Corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão do património dos OICVM e OIA's imobiliários.

- Organismos de investimento coletivo em valores mobiliários

Esta comissão é cobrada mensalmente por aplicação de uma taxa definida nos respetivos prospetos sobre o valor líquido global diário de cada fundo (compreendida entre 0,09% e 2,08%). O Fundo Santander Carteira Alternativa encontra-se isento desta comissão no período compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

- Organismos de Investimento Alternativo Imobiliário

Lusimovest - Esta comissão é cobrada mensalmente e calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 1,125% sobre o património líquido do fundo.

Novimovest - Esta comissão é cobrada mensalmente e calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 1,125% sobre o património líquido do fundo.

Imorent - Esta comissão é cobrada mensalmente e calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,45% sobre o valor do ativo total do fundo no último dia de cada mês.

As referidas comissões de gestão são registadas na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados.

ii) *Comissões de performance:*

A Sociedade cobra ainda comissões de *performance* nos seguintes ativos sob gestão:

- OICVM's:

Santander Carteira Alternativa - Para efeitos de apuramento da comissão de performance, no final do ano será considerada a média aritmética da Euribor a 3 meses diária. O Fundo esteve isento desta comissão no período compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

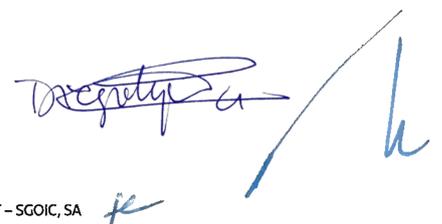
- Gestão de Carteiras – Fundo de Pensões Petrogal:

Caso, no ano em avaliação, a Sociedade venha a registar uma rentabilidade superior à rentabilidade da carteira de referência do mandato (benchmark), receberá uma performance fee resultante da aplicação, sobre o valor médio anual dos ativos por si geridos naquele ano, de uma taxa correspondente a 15% da diferença entre a rentabilidade da quota-parte da carteira do fundo abrangida pelo mandato da Sociedade e a rentabilidade do respetivo benchmark, apurada no último dia do ano em avaliação. O valor médio da quota-parte da carteira sob gestão será calculado com base no valor dos ativos geridos no último dia de cada mês.

Caso, no ano em avaliação, a Sociedade venha a registar uma rentabilidade igual ou inferior à rentabilidade do *benchmark*, a *performance fee* será nula.

As comissões de performance recebidas pela Sociedade são registadas na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados.

iii) Comissões por serviços de gestão de carteiras



A Sociedade cobra comissões por serviços de gestão de carteiras de acordo com o preçário contratado com os seus clientes particulares e institucionais, entre os quais se consideram as seguintes entidades do Grupo: Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Santander Pensões”), Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros”) e Banco Santander Totta, S.A. (“Banco Santander Totta”).

Fundos de Pensões

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Pensões um contrato mediante o qual a Santander Pensões atribuiu à Sociedade um mandato para a gestão dos ativos dos fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão (Fundo de Pensões Banco Santander Totta e Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa). Este contrato define uma remuneração mensal a receber pela Sociedade como contrapartida dos serviços prestados correspondente a 0,13% do valor médio da carteira no final de cada mês. O referido contrato foi aditado em 27 de outubro de 2022, de forma a prever, em adição, a gestão do Fundo de Pensões BANIF, mantendo inalterada a metodologia de contrapartida pelo serviço existente.

De referir que ocorreu a extinção do FP Banif, em 31 de outubro de 2023, com a fusão no Fundo de Pensões Banco Santander Totta. O Fundo de Pensões Banco Santander Totta passou a estar dividido em três subfundos, um afeto ao financiamento do Plano de Pensões Banco Santander Totta, designado por Subfundo Secção A e os outros dois ao financiamento, respetivamente, do Plano de Pensões I BANIF, de benefício definido, designado por Subfundo BD Secção B, e do Plano de Pensões II BANIF e Plano de Pensões III BANIF, ambos de contribuição definida, designado por Subfundo CD Secção B.

Conforme previsto no contrato celebrado, para além das comissões de gestão referidas, a Santander Pensões paga à Sociedade uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos fundos de pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais (comissão adicional).

Carteiras de Seguros

Em janeiro de 2002 a Sociedade celebrou um contrato com a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Santander Totta Seguros), através do qual ficou encarregue da gestão de um conjunto de carteiras de ativos mobiliários afetos a produtos comercializados por aquela entidade. Para o cálculo desta comissão é aplicada uma taxa que incide sobre o valor das carteiras geridas, acrescida do valor correspondente à taxa de supervisão a pagar à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”). A taxa de comissão acordada varia entre 0,015% e 0,175%, consoante a natureza da carteira gerida.



Carteiras de Clientes de Mandato

A partir de 1 de abril de 2018, a Sociedade passou a cobrar comissões de gestão ao Banco Santander Totta, resultantes da delegação de gestão de carteiras de clientes do Banco. Esta comissão varia entre 30% e 50% da comissão total cobrada pelo Banco aos clientes e é calculada trimestralmente.

Para além dos mandatos de gestão acima referidos, a Sociedade mantém a gestão direta de patrimónios de um conjunto de clientes. Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual (fixada no respetivo contrato de gestão de carteiras) sobre o valor dos respetivos patrimónios sob gestão.

As referidas comissões de gestão são registadas na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

iv) Comissões a pagar pela gestão de ativos e serviços de consultoria

Refere-se às comissões a pagar à Santander Asset Management, S.A., Sociedad Gestora de Instituciones de Inversión Colectiva ("SAM SGIIC"), e à Santander Asset Management UK Limited ("SAM UK"), duas empresas do Grupo Santander, no âmbito de dois contratos celebrados entre a Sociedade e estas entidades do Grupo:

- O *Investment Management Agreement* ("IMA") celebrado em abril de 2012, através do qual se subcontratou as funções de gestão das carteiras dos OICVM's e fundos de pensões à SAM SGIIC e à SAM UK. O acordo foi revisto a 16 de junho de 2020, tendo sido definido que, pela gestão delegada, seria paga uma comissão de gestão pela Sociedade à SAM SGIIC e à SAM UK. A 6 de Setembro de 2021, a gestão passou a estar novamente e, em exclusivo, na SAM SGIIC. Em novembro de 2022, o IMA foi revisto, resultando na atualização das taxas cobradas nos produtos Select. Em 2024, pelos serviços prestados, a SAM SGIIC cobra uma comissão anual à Sociedade, a qual incide sobre o valor médio dos ativos geridos, calculada e cobrada mensalmente, de acordo com a seguinte grelha:



Carteira	Taxa de Comissão Anual
Fundos de Pensões – Santander Pensões	0,11%
Mandatos Delegados BST	0,08%
Mandatos Directos	0,13%
Santander Acções Europa	0,21%
Santander Aforro PPR	0,09%
Santander Carteira Alternativa	0,00%
Santander Carteiras Conservador	0,09%
Santander MultiCrédito	0,09%
Santander Obrigações Curto Prazo	0,04%
Santander Poupança Prudente FPR	0,09%
Santander Objetivo 2026	0,09%
Santander Objetivo 2026 II	0,09%
Santander Objetivo 2026 III	0,09%
Santander Obrigações 2027	0,09%
Santander Poupança Valorização FPR	0,12%
Santander Private Defensivo	0,16%
Santander Private Dinâmico	0,22%
Santander Private Moderado	0,19%
Santander Select Defensivo	0,16%
Santander Select Dinâmico	0,22%
Santander Select Moderado	0,19%
Santander Totta Seguros	0,02%

- Os fundos feeders não estão abrangidos pelo *Investment Management Agreement*.
- O "*Investment Advisory Agreement*", celebrado em dezembro de 2013 com a SAM SGIC, através do qual a Sociedade contrata serviços de consultoria de gestão das carteiras da Santander Totta Seguros e dos clientes de gestão discricionária, mediante o pagamento de uma comissão anual de 0,015% e 0,10%, respetivamente, sobre os montantes geridos. A 5 de setembro de 2021 e conforme previsto na maturidade definida no contrato, o "*Investment Advisory Agreement*" terminou. Os serviços assegurados ao abrigo "*Investment Advisory Agreement*" passaram a ser assegurados pelo "*Investment Management Agreement*".

As comissões pagas pela Sociedade são registadas na rubrica de "Encargos com serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

g) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão relativa à atividade de gestão de patrimónios devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo da Sociedade, sendo calculada por aplicação de uma taxa fixa sobre o valor global das carteiras geridas no final de cada mês e registada na rubrica de "Encargos com serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

A partir de 1 de janeiro de 2017, em conformidade com a Portaria nº 342 - B/2016, de 29 de dezembro, artigo nº 6, a taxa de supervisão aplicável é de 0,01%, com um limite mensal mínimo e máximo de 250 euros e 25 000 euros, respetivamente.

h) Provisões

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos específicos decorrentes da atividade da Sociedade, relativamente aos quais é mais provável do que não que venham a ocorrer fluxos financeiros de pagamento a terceiros, ainda que a tempestividade e a respetiva quantia do dispêndio futuro sejam incertos. Em geral, o reforço desta provisão não é aceite como custo para efeitos fiscais.

i) Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias

Considerando que os montantes de férias e subsídio de férias a pagar aos colaboradores em determinado exercício são um direito por estes adquirido no ano imediatamente anterior, no final de cada exercício a Sociedade releva contabilisticamente o montante das férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais a pagar no ano seguinte.

j) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício determinado de acordo com o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).



Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos considerados para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes considerados para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento apenas se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma Autoridade Fiscal; e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Pilar Dois

- **Imposto corrente**

A Sociedade qualifica como entidade constituinte do Grupo Santander ("Grupo"), um grupo multinacional, o qual apresentou rendimentos anuais iguais ou superiores a 750 milhões de euros nas Demonstrações Financeiras consolidadas da sua entidade-mãe final em, pelo menos, dois dos quatro exercícios fiscais imediatamente anteriores. Desta forma, nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 41/2024, de 8 de novembro, ("Lei"), a Sociedade encontra-se sujeita ao regime de tributação mínima global, implementado na União Europeia através da Directiva UE n.º 2022/2523, de 15 de dezembro, Diretiva Pilar Dois, no seguimento das regras-modelo consensualizadas ao nível da OCDE e do Quadro Inclusivo do G20, e transposto para a legislação portuguesa por via da referida Lei, produzindo efeitos para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024.

Nos termos do Regime do Imposto Mínimo Global (RIMG), publicado em anexo à referida Lei, a Sociedade poderá ser responsável pelo pagamento de um imposto complementar, caso o Grupo apure uma taxa de imposto efetiva em Portugal, calculada nos termos das regras Pilar Dois, inferior à taxa

mínima de 15% prevista pelo regime. Nesses casos, o montante de imposto imputável à Sociedade é determinado nos termos do artigo 23.º do RIMG.

A legislação aprovada prevê um conjunto de disposições de salvaguarda, aplicáveis durante os 3 primeiros exercícios (2024 – 2026), que visam minimizar o esforço administrativo dos grupos multinacionais com a aplicação das regras Pilar Dois. Nos termos destas disposições de salvaguarda, previstas no artigo 4.º da Lei, e baseadas na declaração de informação financeira e fiscal (também designada *Country-by-Country Report – CbCR*) prevista no artigo 121.º-A do Código do IRC, o imposto complementar Pilar Dois devido em Portugal poderá ser considerado zero, mediante a verificação de pelo menos um dos seguintes testes:

- i. Teste *de minimis*: o Grupo declara, na sua declaração de informação financeira e fiscal relativa ao exercício fiscal em causa, tendo por base as suas demonstrações financeiras qualificadas, um montante total de rendimentos em Portugal inferior a 10 000 000 euros e um resultado antes do imposto sobre o rendimento em Portugal inferior a 1 000 000 euros;
- ii. Teste da taxa de imposto efetiva simplificada: a taxa de imposto efetiva simplificada apurada pelo Grupo para Portugal é de, pelo menos, 15% para 2024 (16% para 2025, 17% para 2026). A taxa de imposto efetiva simplificada é dada pelo resultado da divisão do montante correspondente ao agregado dos impostos sobre o rendimento simplificados das entidades constituintes do Grupo que sejam consideradas residentes em Portugal pelo agregado do resultado antes do imposto sobre o rendimento em Portugal que tenha sido declarado relativamente a estas na declaração de informação financeira e fiscal do Grupo;
- iii. Teste dos lucros considerados habituais: o resultado antes de imposto do Grupo em Portugal seja igual ou inferior ao montante da exclusão de rendimentos com base na substância calculada nos termos do artigo 24.º do RIMG, relativamente às entidades constituintes que sejam consideradas residentes em Portugal para efeitos da declaração de informação financeira e fiscal do Grupo.

Assim, caso pelo menos um destes testes se verifique a respeito de um dos exercícios do período transitório, não haverá lugar ao apuramento de imposto complementar para as empresas constituintes em Portugal relativamente a esse exercício. Porém, caso nenhum destes testes seja cumprido a respeito de determinado exercício em Portugal, o Grupo deixará de poder beneficiar destas disposições de salvaguarda transitórias em Portugal nos exercícios subsequentes.

O apuramento das eventuais responsabilidades com este imposto complementar para o exercício de 2024 foi efetuado com base nas regras de cálculo da legislação Pilar Dois, atendendo às disposições de salvaguarda transitórias anteriormente descritas e aos julgamentos efetuados pela gestão, conforme divulgado na Nota 22.

O imposto apurado no âmbito da legislação Pilar Dois qualifica como imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12 e é registado na Demonstração dos resultados na rubrica de "impostos sobre o rendimento" por contrapartida da rubrica de "Passivos por impostos correntes" no Balanço.



- **Imposto diferido**

A Sociedade aplica a exceção temporária prevista na IAS 12 para o reconhecimento e divulgação de informação sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com impostos sobre o rendimento resultantes do RIMG.

- k) **Carteiras sob gestão (Patrimónios)**

Esta rubrica extrapatrimonial inclui as carteiras de títulos geridas pela Sociedade, no âmbito da gestão discricionária, as quais são valorizadas da seguinte forma:

- Unidades de participação em fundos de investimento – Estes títulos são valorizados ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidos à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações;
- Ações – Estes títulos são valorizados ao valor da última cotação em bolsa disponível nos últimos três meses. Na falta de valores de cotação, não é atribuído um valor superior ao valor contabilístico, calculado segundo o último balanço aprovado;
- Obrigações - Estes títulos são valorizados ao valor da última cotação em bolsa disponível nos últimos três meses. No caso de obrigações não cotadas ou com liquidez reduzida, são utilizados os preços divulgados por contribuidores credíveis capturados em sistemas de negociação (Bloomberg ou Reuters), ou são estimados preços com base em modelos internos de valorização desenvolvidos pela Sociedade.

- l) **Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

m) Valorização de instrumentos financeiros

Para efeitos de valorização dos títulos que integram o património dos OICs geridos pela Sociedade, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

As obrigações do tesouro mantidas para corresponder aos requisitos de cobertura de responsabilidades do Sistema de Indemnização aos Investidores ("SII"), são valorizadas, a cada data de referência, de acordo com a política de valorização referida acima para os OICs.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade. Estas estimativas são subjetivas por natureza e podem afetar o valor dos ativos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor e de acordo com os planos de negócio existentes (impostos diferidos). No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva,

originando a existência de diferentes interpretações. Desta forma, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais, bem como da sua estimativa quanto à evolução e rentabilidade das suas operações futuras.

Provisões

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa na data do balanço do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, sendo aferida de acordo com a opinião da gestão apoiada nos seus consultores.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Depósitos à ordem no país:	31/12/2024	31/12/2023
Banco Santander Totta, S.A. (EUR)	10 242 247	10 041 027
Banco Santander Totta, S.A. (USD)	220 805	102 194
	<u>10 463 052</u>	<u>10 143 221</u>

De acordo com a política prevista na Nota 1.3 a), os saldos de depósitos à ordem correspondem aos apresentados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa.

4. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica (constituída na sua totalidade por títulos de rendimento fixo de emissores públicos) apresentava a seguinte composição:

31/12/2024								
Instrumento	Divisa	Valor nominal	Custo médio de aquisição	Custo amortizado	Valor de mercado	Juros a receber	Total do valor de mercado e juros a receber	Reserva de reavaliação (Nota 13)
OT PGB 2,125% 17/10/2028	EUR	300 000	295 301	300 778	299 451	1 310	300 761	7 841

31/12/2023								
Instrumento	Divisa	Valor nominal	Custo médio de aquisição	Custo amortizado	Valor de mercado	Juros a receber	Total do valor de mercado e juros a receber	Reserva de reavaliação (Nota 13)
OT PGB 2,875% 15/10/2025	EUR	300 000	347 490	330 804	300 615	1 843	302 458	(24 329)

As obrigações do tesouro acima apresentadas foram valorizadas, a cada data de referência, de acordo com a política de valorização de ativos da Sociedade, descrita acima no ponto 1.3. m).

Este ativo é mantido para corresponder aos requisitos de cobertura de responsabilidades do Sistema de Indemnização aos Investidores ("SII") e, assim sendo, encontra-se penhorado a favor deste, de acordo com o Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de junho, pelo que não é realizável para outros fins.

5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos outros ativos tangíveis e nos ativos intangíveis durante os exercícios de 2024 e 2023 foi o seguinte:

5.1 – Outros ativos tangíveis

31/12/2024									
Saldos em 31/12/2023			Abates, regularizações e alienações			Saldos em 31/12/2024			
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	
Outros ativos tangíveis									
Máquinas e ferramentas	35 364	(35 219)	-	-	-	(145)	35 364	(35 364)	-
Instalações interiores	1 204	(1 041)	-	-	-	(163)	1 204	(1 204)	-
Equipamento informático	18 045	(9 353)	25 922	2 215	2 215	(8 861)	41 752	(15 999)	25 753
Equipamento de transporte	70 386	(54 585)	55 180	40 385	40 385	(17 428)	85 180	(31 627)	53 554
	124 999	(100 198)	81 102	42 601	42 600	(26 597)	163 500	(84 194)	79 307

31/12/2023									
Saldos em 31/12/2022			Abates, regularizações e alienações			Saldos em 31/12/2023			
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	
Outros ativos tangíveis									
Máquinas e ferramentas	35 364	(34 677)	-	-	-	(542)	35 364	(35 219)	145
Instalações interiores	145 647	(145 243)	-	144 443	144 443	(241)	1 204	(1 041)	163
Equipamento informático	30 895	(24 142)	6 089	18 939	18 939	(4 150)	18 045	(9 353)	8 692
Equipamento de transporte	70 386	(43 157)	-	-	-	(11 428)	70 386	(54 585)	15 801
	282 292	(247 219)	6 089	163 382	163 382	(16 361)	124 999	(100 198)	24 801

5.2 – Ativos intangíveis

31/12/2024									
Saldos em 31/12/2023			Abates, regularizações e alienações			Saldos em 31/12/2024			
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	
Ativos intangíveis									
Sistemas de tratamento de dados	118 527	(118 527)	-	-	-	-	118 527	(118 527)	-

31/12/2023									
Saldos em 31/12/2022			Abates, regularizações e alienações			Saldos em 31/12/2023			
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	
Ativos intangíveis									
Sistemas de tratamento de dados	118 527	(118 527)	-	-	-	-	118 527	(118 527)	-

6. ATIVOS DE CONTRATOS COM CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Comissões de gestão a receber:		
Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários geridos	878 795	816 459
Organismos de Investimento Alternativo Imobiliários geridos	54 699	56 910
Carteiras de clientes sob gestão:		
Santander Pensões	595 545	550 514
Santander Totta Seguros	260 449	266 024
Banco Santander (gestão de carteiras)	110 211	121 185
Outros institucionais	49 089	64 536
Comissão de comercialização de fundos da SAM Luxemburgo	102 437	84 922
	<u>2 051 225</u>	<u>1 960 550</u>

Conforme referido na Nota 1.3, iii), a Sociedade assume a gestão das carteiras do Fundo de Pensões Banco Santander Totta e do Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa através de um acordo de subcontratação dos serviços de gestão dos ativos dos fundos de pensões. Em 26 outubro de 2022, a Santander Pensões assumiu, em adição, a gestão dos ativos do Fundo de Pensões BANIF, tendo incorporado o mesmo, através de aditamento, no contrato de gestão existente entre as sociedades. Em 31 de outubro de 2023, ocorreu a fusão entre os Fundo de Pensões do Banco Santander e Fundo de Pensões BANIF, como já referido.

Em 2021, a Sociedade integrou na sua rede comercial um conjunto de produtos domiciliados no Luxemburgo e geridos pela Santander Asset Management Luxembourg, S.A. ("SAM Luxembourg"), reconhecendo as respetivas comissões de comercialização que lhe são devidas, o que se manteve em 2024.

Durante o ano de 2022, foi integrada na base de Clientes Institucionais relativos à atividade de gestão de carteiras por conta de outrem a carteira do Fundo de Pensões The Navigator Company, mantendo-se também em 2024.

Durante o mês de outubro de 2024, verificou-se a saída do cliente FP Petrogal (classificado em "outros institucionais"). A rescisão ocorreu no âmbito do processo legalmente previsto de revisão da política de investimento, em que a Petrogal enquanto associado tomou a decisão de simplificar o modelo de gestão do Fundo, concentrando-o em apenas uma gestora.

A variação refletida nos valores a receber pela gestão dos fundos de investimento mobiliário geridos pela Sociedade decorre do aumento do volume sob gestão, com especial impacto da valorização do mercado.





7. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Devedores diversos:		
Seguro Responsabilidade Civil	11 440	10 752
Outros devedores	<u>53 856</u>	<u>40 048</u>
	<u>65 296</u>	<u>50 800</u>

A rubrica de "Outros devedores" inclui valores a receber relativos às remunerações de pessoal cedido à Santander Totta Seguros e à Santander Pensões e o montante relativo à parte do Seguro de Responsabilidade Civil, que correspondente ao ano de 2024 (renovável em outubro de cada ano).

8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
IRC a recuperar	-	35 153
	<u>-</u>	<u>35 153</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Impostos correntes sobre lucros (Nota 22)	196 658	-
	<u>196 658</u>	<u>-</u>

A 31 de dezembro de 2024 encontrava-se pendente de receber da AT, o valor de 3 703 euros, relativo às correções efetuadas ao IRC de 2016, saldo que já transita de 31 de dezembro de 2022. Este saldo é apresentado em 31 de dezembro de 2024 a deduzir ao saldo a pagar do imposto corrente do exercício de 2024 no montante de 200 362 euros (ver Nota 22).

9. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercicios de 2024 e 2023 foi o seguinte:

	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Outras Provisões	1 334 398	475 875	(347 918)	-	1 462 355

	2023				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Outras Provisões	1 464 575	318 079	(448 256)	-	1 334 398

O saldo entre os reforços e as reposições do ano de 2024 é de 127 957 euros (reforço líquido) que compara com 130 177 euros de reposições líquidas em 2023.

As "Outras Provisões" têm por objetivo fazer face a responsabilidades no âmbito da atividade desenvolvida pela Sociedade, decorrentes de diferentes interpretações da legislação fiscal e para as quais a Administração considera ser mais provável do que não a ocorrência de desembolsos no futuro.

10. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:



	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Remunerações a pagar a administradores e empregados	615 943	688 179
Comissões a pagar (SAM SGIIC)	514 071	499 760
Valores por regularizar relativos à liquidação do Fundo Imobiliário Imorecuperação	14 178	371 782
Blackrock (Aladdin)	143 710	233 480
Iva a pagar	141 954	188 128
Impostos e contribuições ao Estado a regularizar sobre remunerações	43 929	85 033
Taxa de Supervisão e taxa de Majoração CMVM	78 125	78 125
Serviços de Consultoria	95 500	-
Serviços de Auditoria	98 892	51 180
Remunerações por Cedência de Pessoal	88 357	41 629
Research (SAM SGIIC)	30 276	30 847
SAM Conecta	33 361	18 230
Serviços de Consultoria (AFI e Allfunds Bank)	16 100	18 000
Bloomberg	20 000	15 000
Marketing	6 000	15 000
Factiva	-	7 000
Comunicações, transporte e correio	5 600	2 400
Global Support Services (TOPCO)	352 782	-
Outros credores diversos	65 796	77 625
	<u>2 364 574</u>	<u>2 421 398</u>

As "remunerações a pagar a administradores e empregados" inclui 180 191 euros relativos às remunerações variáveis dos administradores a pagar em 2025 e anos seguintes de acordo com a política de remunerações (ver Nota 20).

As "Comissões a pagar à SAM SGIIC" referem-se ao montante por liquidar correspondente ao mês de dezembro de 2024 (ver Nota 1.3 f) iv)).

Relativamente aos custos de *research*, encontram-se pendentes de liquidar à SAM SGIIC os valores referentes ao segundo semestre de 2024.

Os custos com o Global Support Services são referentes a serviços globais fornecidos pela SAM Investment Holdings S.L. ("TOPCO") a cada uma das entidades do grupo Santander Asset Management, nomeadamente, os custos da auditoria interna, *compliance* e IT Global. Os custos deste serviço, relativos a 2023, ficaram liquidados no próprio ano, mas em 2024 ainda se encontravam por liquidar a 31 de dezembro de 2024.

Encontram-se também registadas diversas estimativas de valores de faturas a pagar, que ainda não foram recebidas, mas cujo serviço foi prestado durante o exercício.

O montante de IVA a pagar de 141 954 euros é referente aos meses de novembro e dezembro de 2024.

Na rubrica "Outros credores diversos" estão contabilizadas faturas que se encontram por liquidar.

11. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 1 167 358 ações, com um valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas pela Santander Asset Management UK Holdings Limited (LATCO).

12. PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 2024 e 2023 o montante de prémios de emissão é de 1 379 680 euros.

13. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS E RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros (Nota 4)	7 841	(24 329)
	<u>7 841</u>	<u>(24 329)</u>
Outras reservas e resultados transitados		
Reservas legais	1 282 532	1 282 532
Resultados transitados	1 964 373	1 707 363
	<u>3 246 905</u>	<u>2 989 895</u>
Total de reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados	<u>3 254 746</u>	<u>2 965 566</u>

A partir de 1 de janeiro de 2020, com a transferência da supervisão da Sociedade do Banco de Portugal para a CMVM, o regime de constituição de reserva legal previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aplicável às entidades sob a supervisão do Banco de Portugal, deixou de se aplicar à Sociedade, passando o Código das Sociedades Comerciais a ser o referencial para este efeito.

Em conformidade com o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital

social da Sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. A 31 de dezembro de 2024 e 2023 as reservas legais excedem os 20% do capital social da Sociedade.

A Reserva de reavaliação decorre do ajuste mensal do valor da Obrigação do Tesouro, mantida como cobertura de responsabilidades do Sistema de Indemnização aos investidores (nota 4).

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 20 de fevereiro de 2024 foi aprovada, relativamente ao resultado do exercício de 2023, a distribuição de 3 000 000 euros ao Acionista. Foram também distribuídos resultados transitados, sob a forma de dividendos, no montante de 257 009,64 euros, ao Acionista único. Esta proposta não colocou em risco o cumprimento de qualquer indicador e requisitos regulatórios.

O Conselho de Administração propõe a aplicação de 3 000 000 euros do resultado líquido do exercício de 2024, para distribuição ao Acionista. Os restantes 142 696,75 euros serão transferidos para resultados transitados.

14. RESULTADOS POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o apuramento dos resultados por ação pode ser apresentado como se segue:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício	3 142 697	3 257 010
Número médio de ações em circulação no exercício (Nota 11)	1 167 358	1 167 358
Resultados básicos e diluídos por ação	2,69	2,79

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.



15. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas extrapatrimoniais refletem as responsabilidades assumidas no âmbito das atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, de gestão de carteiras e relativamente ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII):

	31/12/2024	31/12/2023
GESTÃO DE ATIVOS		
<u>QICVM's</u>		
Santander Poupança Prudente FPR	423 665 294	424 543 629
Santander Select Moderado	423 446 063	455 223 638
Santander Rendimento	288 974 224	299 090 602
Santander Select Defensivo	347 853 913	231 519 293
Santander Multicrédito	225 355 916	204 011 786
Santander Private Moderado	130 701 242	135 442 229
Santander Sustentável		155 042 376
Santander Obrigações de Curto Prazo	927 719 578	500 125 512
Santander Select Dinâmico	162 209 331	169 057 809
Santander Acções Europa	143 286 871	151 060 053
Santander Acções América	83 258 968	67 199 880
Santander Poupança Valorização FPR	106 630 540	104 895 297
Santander Private Defensivo	37 816 856	42 592 347
Santander Multitaxa Fixa/Sant Invest Global	35 944 435	28 697 154
Obrigações SAM Carteiras Conservador	12 547 803	12 921 891
Santander Private Dinâmico	15 601 840	16 961 561
Santander Carteira Alternativa	1 245 604	1 266 548
Santander Aforro PPR	23 485 645	14 923 705
Santander Multi-Estratégia	5 488 768	5 958 348
Santander Objetivo 2026	27 941 699	31 609 101
Santander Objetivo 2026 III	23 169 093	19 866 571
Santander Objetivo 2026 II	64 025 349	67 488 985
Santander Obrigações 2027	46 065 822	-
	<u>3 556 434 854</u>	<u>3 139 498 315</u>
<u>QIA's imobiliários</u>		
Novimovest	159 251 680	175 463 966
Lusimovest	27 064 366	26 810 002
Imorent	1 783 986	3 383 721
	<u>188 100 032</u>	<u>205 657 689</u>
<u>Gestão de patrimónios</u>		
Entidades relacionadas:		
Carteiras Santander Totta Seguros	3 930 499 629	3 914 423 839
Fundo de Pensões do Banco Santander Totta	1 177 549 689	1 154 564 756
Banco Santander (gestão carteiras)	366 889 839	324 611 986
Fundo de Pensões ARE	1 149 206	1 016 188
Outras carteiras de gestão discricionária	56 467 820	83 171 723
	<u>5 532 556 183</u>	<u>5 477 788 492</u>
	<u>9 277 091 069</u>	<u>8 822 944 496</u>
RESPONSABILIDADES NO SII	<u>423 358</u>	<u>407 784</u>

Sistema de indemnização aos investidores (SII)

A responsabilidade potencial para com o SII não é reconhecida como gasto. Esta responsabilidade é coberta através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando pelo menos 50% garantido por penhor de títulos do Tesouro Português (Nota 4).

16. MARGEM FINANCEIRA

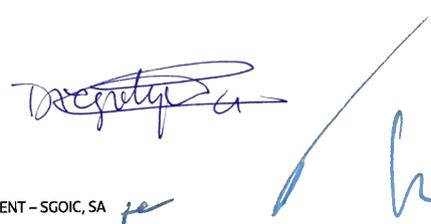
Nos exercícios de dezembro de 2024 e 2023, a margem financeira apresentava a seguinte composição:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades:		
Banco Santander Totta	301 932	222 467
Outros juros e rendimentos similares:		
Juros de obrigações e outros títulos de rendimento fixo (nota 4)	1 169	921
	<u>303 101</u>	<u>223 388</u>
Total margem financeira	<u>303 101</u>	<u>223 388</u>

De referir que, a partir de 2023, as contas de depósitos à ordem da Sociedade passaram a ser remuneradas pelo Banco Santander, nas seguintes condições: STR-0,75% com floor zero, para a moeda euro; e 60% indexante respectivo com floor zero para outras moedas, mantendo-se as condições para 2024.

17. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES / ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2024 e 2023, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:



	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões de gestão de FIM's	9 567 071	8 981 281
Comissões de gestão de FII's	625 804	901 984
Comissões de gestão de carteiras de clientes	597 536	573 544
Comissão de gestão Santander Pensões	1 714 451	1 640 207
Comissão de gestão Santander Totta Seguros	2 577 591	2 552 442
Comissões <i>Research</i>	252 008	243 179
Comissão de comercialização de fundos da SAM	<u>102 567</u>	<u>84 737</u>
	<u>15 437 028</u>	<u>14 977 374</u>
Encargos com serviços e comissões:		
Comissão de gestão - SAM SGIIC	5 978 231	5 762 963
Taxa de supervisão paga à CVM	354 727	352 577
<i>Research</i> - SAM SGIIC	311 061	270 290
Serviços bancários	<u>729</u>	<u>1 574</u>
	<u>6 644 748</u>	<u>6 387 404</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos das rubricas "Comissão de gestão - SAM SGIIC", referem-se aos montantes previstos no Investment Management Agreement (IMA) celebrado em abril de 2012 (alterado em 1 de novembro de 2022). A última revisão do IMA originou o aumento das comissões a pagar pelos fundos da categoria Select, o que justifica o acréscimo do custo. Foi também acrescentado o novo fundo, constituídos em 2024. Nota 1.3 f), iv).

Em 2024, a Sociedade continuou a ter na sua rede comercial um conjunto de produtos domiciliados no Luxemburgo e geridos pela SAM Luxembourg, reconhecendo as respetivas comissões de comercialização que lhe são devidas.

A variação refletida nos valores a receber pela gestão dos OICVM geridos pela Sociedade, decorre do mix de vendas, por efeito do mercado e do comportamento das subscrições líquidas dos fundos.

As rubricas de "Research" referem-se aos serviços de aconselhamento de investimento prestados por entidades com conhecimento e prática neste mercado. Parte do custo associado a este serviço é, posteriormente, faturado aos fundos mobiliários geridos pela Sociedade. Em 2021, a Sociedade rescindiu todos os contratos de research que tinha com alguns bancos, ficando a pagar este serviço em exclusivo à SAM SGIIC.

18. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 2024 e 2023, os outros resultados de exploração detalham-se da seguinte forma:

	2024	2023
Risco operacional	(15 521)	(81 655)
Quotizações	(40 476)	(38 717)
Correção de estimativas	-	(9 608)
Outros	(39 083)	(556)
	<u>(95 080)</u>	<u>(130 536)</u>
Mais valias contabilística	14 136	-
Correções de estimativas	101 509	-
	<u>20 565</u>	<u>(130 536)</u>

Em "Correção de estimativas", estão refletidos os valores associados à reversão de custos de anos anteriores, para os quais não foram contrabalançadas as respetivas estimativas.

Em risco operacional estão registados os valores incorridos por perdas relacionadas com erros ou falhas operacionais.

19. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2024	2023
Remuneração de:		
Órgãos de gestão - Remuneração Fixa	122 423	113 039
Órgãos de gestão - Remuneração Variável	101 520	108 000
Órgão de fiscalização	19 591	19 379
Empregados	<u>932 378</u>	<u>918 574</u>
	1 175 912	1 158 992
Encargos sociais	181 140	179 818
Outros encargos com o pessoal	<u>573 770</u>	<u>540 755</u>
	754 910	720 573
Total custos com o pessoal	<u>1 930 822</u>	<u>1 879 565</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o quadro de pessoal da Sociedade era constituído por 28 colaboradores, não incluindo o Órgão Social de Fiscalização e os Administradores não Executivos (ver Nota 20).

A rubrica "Empregados" inclui os custos com colaboradores da Sociedade cedidos ao Banco Santander Totta (38 202 euros), à Santander Totta Seguros (97 055 euros) e à Santander Pensões (64 363 euros, relativo à repartição dos custos dos dois administradores) (Ver Nota 24). Os custos referidos são faturados à entidades correspondentes e registados nesta mesma rúbrica.

A rubrica "Outros encargos com o pessoal" inclui a remuneração das cedências de pessoal do Banco Santander Totta, no montante total de 516 717,26 euros.

20. GASTOS COM OS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Órgãos de gestão

Nos exercícios de 2024 e 2023, os custos suportados relativos a remunerações (fixas e variáveis) e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a um total de 266 040 euros e 255 822 euros, respetivamente (Nota 19).

Em 31 de dezembro 2024, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram como segue:

- Nuno Miguel de Oliveira Henriques – Presidente;
- Luis Manuel Matos Figueiredo – Administrador Executivo;
- Diego Ruiz Reija (não executivo);
- Maria Otília Gonçalves Mendeiros Casquilho (administrador independente).

Em 2024 e 2023 as remunerações fixas auferidas pelos membros executivos do Conselho de Administração foram as seguintes:

	2024	2023
Remuneração fixa:		
Nuno Henriques	69 261	60 448
Luis Figueiredo	43 162	42 591
Otília Casquilho (independente)	10 000	10 000
	122 423	113 039

Os administradores não executivos não auferiram quaisquer remunerações pagas pela Sociedade durante 2024 e 2023.

O administrador independente, incluído na tabela acima, auferiu 10 000 euros, pagos em duodécimos no processamento salarial.

A remuneração variável estimada aos membros do Conselho de Administração executivos a 31 de dezembro de 2024 tinha a seguinte desagregação:

2024	Pecuniário (euros)	Unidades de participação (euros)
Remuneração variável:		
Estimado em 2024 a atribuir em 2025, 2026, 2027 e 2028		
Nuno Henriques	33 840	33 840
Luis Figueiredo	<u>16 920</u>	<u>16 920</u>
	50 760	50 760
Atribuída em anos anteriores e a diferir em 2025, 2026 e 2027		
José Neves	1 400	1 400
Nuno Henriques	23 360	30 562
Luis Figueiredo	<u>9 084</u>	<u>12 865</u>
	33 844	44 827
Valores a pagar em anos seguintes	<u>84 604</u>	<u>95 587</u>
Atribuída em 2023 e paga no ano 2024		
Nuno Henriques	21 600	14 398
Luis Figueiredo	<u>11 340</u>	<u>7 559</u>
	32 940	21 958
Atribuída em anos anteriores e paga no ano 2024		
José Neves	1 400	1 400
Nuno Henriques	6 800	6 800
Luis Figueiredo	<u>1 755</u>	<u>1 755</u>
	9 955	9 955
Valores pagos em 2024	<u>42 895</u>	<u>31 913</u>

Órgão de Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal durante os exercícios de 2024 e 2023 pode ser resumido como se segue:

2024		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa Anual
José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt	Presidente	7 520
Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento	Vogal	5 520
Marta Alarcão Troni	Vogal	5 520
		<u>18 560</u>

2023		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa Anual
José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt	Presidente	7 520
Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento	Vogal	5 520
Marta Alarcão Troni	Vogal	5 520
		<u>18 560</u>

21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2024	2023
Com fornecimentos de terceiros:		
Água energia e combustíveis	6 231	4 747
Material de consumo corrente	1 278	2 421
Publicações	4 916	572
	<u>12 425</u>	<u>7 740</u>
Com serviços de terceiros:		
Advogados	145 113	188 460
Informática, Contabilidade e Backoffice	1 929 932	1 939 962
Serviços de Informação	170 872	136 810
Auditoria, consultoria e outros serviços	282 880	140 695
Deslocações, estadas e representação	35 069	28 154
Outros serviços de terceiros	49 910	62 412
Conservação e reparação	4 809	4 682
Comunicações	19 239	5 179
Rendas e alugueres	1 399	512
Seguros	13 437	3 860
Publicidade e edição de publicações	80	80
Outros	90 308	56 556
	<u>2 743 048</u>	<u>2 567 362</u>
Total	<u>2 755 473</u>	<u>2 575 102</u>

A rubrica "Informática, Contabilidade e Backoffice" reflete os custos com serviços de informática – hardware e software, consultoria, apoio fiscal, contabilidade e os custos do Global Support Service. Para este último serviço, ficou registado em 2023 o valor de 338 690 euros, sendo que, em 2024, o custo foi de 352.782 euros.

Por outro lado, o custo do contrato *Serviços Wealth*, com o Banco Santander em Espanha, variou de 129 2051 euros em 2023 para 161 245 euros em 2024. Este contrato inclui a prestação de serviços nas áreas jurídica, marketing e comunicação, riscos, tecnologia e ASG.

Em 2024, foi registado na rubrica "Informática, Contabilidade e Backoffice" um custo relativo à licença de ratings do Aladdin, contratado com a Moody's, no valor de 30 823 euros.

A variação evidenciada na rubrica "Serviços de Informação" deve-se, essencialmente, a um ligeiro acréscimo dos custos associados ao fornecedor Bloomberg, quer por efeito da inflação, quer por uso de serviços adicionais.

Por fim, a variação na rubrica "Auditoria, Consultoria e Outros Serviços" justifica-se com o acréscimo de estimativas para vários serviços de consultoria ocorridos no ano de 2024, nomeadamente, normativa DORA, consultoria fiscal e documentação de procedimentos. Também o serviço de auditoria referente a 2024 se encontrava na totalidade por faturar.

Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda para os exercícios de 2024 e 2023, detalham-se como se segue:

	2024	2023
Revisão legal das contas anuais (i)	73 880	71 800
Outros serviços de garantia de fiabilidade (i)	6 520	6 330
	<u>80 400</u>	<u>78 130</u>

(i) Valores sem IVA e sem despesas

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A tributação dos lucros da Sociedade para o ano de 2024 (idêntico a 2023) é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:

- | | |
|--|-----|
| - Menor do que 1 500 000 euros | 0%; |
| - Entre 1 500 000 euros e 7 500 000 euros | 3%; |
| - Entre 7 500 000 euros e 35 000 000 euros | 5%; |
| - Maior do que 35 000 000 euros | 9% |

De acordo com o artigo 63.º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, devem ter termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2021 a 2024 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de possíveis revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Nos exercícios de 2024 e 2023, os custos com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	2024	2023
Resultado antes de impostos	4 266 871	4 336 056
Constituição de provisões não dedutíveis (Nota 9)	475 875	318 079
Diferença entre valias fiscais e contabilísticas	-	(9)
Benefícios fiscais	(20 238)	(19 359)
Multas e penalidades (inclui juros compensatórios)	5	28
Reversão de provisões constituídas em anos anteriores (Nota 9)	(347 918)	(448 256)
Outras Provisões (não dedutíveis, amortizações, encargos não documentados)	22 364	84 583
Lucro tributável	4 396 958	4 271 122
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	(922 338)	(894 972)
Derramas	(152 644)	(146 780)
Tributação autónoma	(46 755)	(46 648)
Outros	-	-
Total do imposto corrente	(1 121 737)	(1 088 400)
Anulação/reversão de ativos por impostos diferidos	-	-
Corr. Imp.Exerc. Ant-Regularização de impostos	(2 437)	9 354
Total do imposto do exercício registado em resultados	(1 124 174)	(1 079 046)
Carga fiscal	26,35%	24,88%
Carga fiscal já paga/a pagar:		
Pagamento especial por conta e pagamento adicional por conta	921 375	1 119 850
Estimativa de imposto a pagar / (a receber) (Nota 8)	200 362	(31 450)

Em 2023, foi registada a diferença positiva para o imposto estimado em 2022, no valor de 9 354 euros. Em 2024, esta diferença foi negativa em 2 437 euros.

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de Imposto sobre o rendimento do exercício detalha-se conforme segue:

	2024	2023
Imposto corrente	1 124 174	1 079 046
Imposto complementar	0	0
Imposto diferido	0	0
Total de imposto sobre o rendimento	1 124 174	1 079 046

- **Imposto complementar**

Conforme referido na nota 1.3 j) a Sociedade, enquanto constituinte do Grupo Santander, cumpre com os critérios de elegibilidade para a aplicação das regras Pilar Dois, nomeadamente por o Grupo apresentar rendimentos anuais consolidados superiores a 750 milhões de euros nos últimos dois dos últimos quatro exercícios fiscais imediatamente anteriores ao da aplicação do RIMG.

Neste entendimento, o Grupo Santander em Portugal tem vindo a desenvolver esforços de forma a mitigar os potenciais impactos associados à implementação do RIMG. Assim, e na sequência de outros testes realizados anteriormente, foi desenvolvido um assessment com base na informação financeira e fiscal mais recente e disponível à data de preparação das demonstrações financeiras da Sociedade (dados da declaração de informação financeira e fiscal de 2023), de forma a validar se, relativamente a Portugal, o Grupo poderia beneficiar da disposição de salvaguarda transitória (para 2024) com base na declaração de informação financeira e fiscal por país ou jurisdição, que pressupõe que o imposto complementar devido seja igual a zero, pelo cumprimento de pelo menos um dos testes previstos no RIMG.

Com base nos dados da declaração de informação financeira e fiscal de Portugal de 2023 e tendo em conta os dados exigidos para aplicação da salvaguarda, foi possível confirmar a existência das condições necessárias para o cumprimento favorável de um dos testes previstos para o efeito, no caso o teste da taxa de imposto efetiva simplificada.

Os resultados obtidos no assessment demonstram que em Portugal, o Grupo Santander apura uma taxa de tributação efetiva simplificada (29,32%) de valor superior ao da taxa de transição, que, para o exercício fiscal de 2024, é de 15%, através da aplicação da condição: Imposto abrangido simplificado/RAI \geq Taxa transitória (15%). Refira-se que estas conclusões são consistentes com os resultados obtidos preliminarmente através de cálculos efetuados para os quatro exercícios imediatamente anteriores.

Pelo exposto acima relativo ao cumprimento das disposições de salvaguarda de Country-by-Country Report ("CbCr") transitórias, que vigoram até 2026, a Sociedade não antecipa, à luz da informação disponível e dos factos conhecidos à data, a incidência de qualquer impacto em 2024 derivado da aplicação das regras Pilar Dois em Portugal, não dando assim lugar a qualquer montante de imposto complementar.



23. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade relativas aos exercícios de 2024 e 2023 são consolidadas no Banco Santander SA, em Espanha através da Santander Asset Management UK Holdings Limited (LATCO), a qual detém 100% do capital da Sociedade.

24. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas Entidades Relacionadas todas as Entidades do Grupo Santander com as quais a Sociedade tem transferência de recursos, serviços ou obrigações, independentemente de haver ou não um débito de preço. São ainda consideradas partes relacionadas o pessoal-chave da gestão da Sociedade e respetivos familiares, bem como qualquer entidade em que estes exerçam posição de controlo, controlo conjunto, influência significativa ou em que possuam, direta ou indiretamente, poder de voto significativo (IAS 24).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e nos exercícios então findos, os saldos registados no balanço e na demonstração dos resultados da Sociedade que tiveram origem em operações realizadas com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	2024													
	Banco Santander Tolba	Santander Tolta Seguros	Santander Penções	FFs	FIMs	SAMLUX	Santander AM Holding, SI (TOPCO)	Santander GlobalTech	AQUANIMA	Gesban	Banco SantanderES	SAMSGIC	SAMUK (LATCO)	Total
Balanço														
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	10 463 052	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10 463 052
Ativos de contratos com clientes (Nota 6)	110 211	260 449	595 545	54 699	878 795	102 437	-	-	-	-	-	-	-	2 002 136
Outros ativos (Nota 7)	-	8 088	7 619	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15 707
Outros passivos (Nota 10)	88 357	-	-	-	-	-	(352 782)	-	-	-	-	544 347	-	279 922
Totais	10 661 620	268 537	603 164	54 699	878 795	102 437	(352 782)	-	-	-	-	544 347	-	12 760 816
Demonstração dos resultados														
Juros e rendimentos similares (Nota 16)	301 932	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	301 932
Rendimentos de serviços e comissões (Nota 17)	477 979	2 577 591	1 714 451	625 804	9 567 072	102 567	-	-	-	-	-	-	-	15 065 464
Encargos com serviços e comissões (Nota 17)	(729)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6 288 480)	-	(6 289 209)
Gastos gerais administrativos (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	352 782	(193 841)	(23 898)	(265 196)	(154 914)	(20 000)	-	(305 067)
Gastos com o pessoal (Nota 19)	(479 304)	94 398	64 363	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(320 543)
Totais	299 877	2 671 989	1 778 814	625 804	9 567 072	102 567	352 782	(193 841)	(23 898)	(265 196)	(154 914)	(6 308 480)	-	8 452 576

2023														
	Banco Santander Total	Santander Total Seguros	Santander Pensões	FEs	FIRs	SAM LUX	Santander AM Holdings-SI (TOPCO)	Santander GlobalTech	AQUANIMA	Gesben	Banco Santander ES	SAMSGK	SAMUK (LATCO)	Total
Balanco														
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	10 143 221	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10 143 221
Ativos de contratos com clientes (Nota 6)	121 185	266 024	550 514	56 910	816 459	84 922	-	-	-	-	-	-	-	1 896 014
Outros ativos (Nota 7)	-	15 784	6 868	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22 652
Outros passivos (Nota 10)	(41 629)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(530 607)	-	(572 236)
Totais	10 222 777	281 808	557 382	56 910	816 459	84 922	-	-	-	-	-	(530 607)	-	11 489 651
Demonstração dos resultados														
Juros e rendimentos similares (Nota 16)	222 467	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	222 467
Rendimentos de serviços e comissões (Nota 17)	415 694	2 552 442	1 640 207	901 984	8 981 281	84 737	-	-	-	-	-	-	-	14 576 345
Encargos com serviços e comissões (Nota 17)	(1 574)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6 033 253)	-	(6 034 827)
Gastos gerais administrativos (Nota 21)	(31 083)	-	-	-	-	-	(389 465)	(128 434)	(23 898)	(256 973)	(129 205)	(7 881)	-	(966 939)
Gastos com o pessoal (Nota 19)	(420 780)	92 143	83 584	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(252 453)
Totais	177 324	2 644 585	1 723 791	901 984	8 981 281	84 737	(389 465)	(128 434)	-23 898	(256 973)	(129 205)	(6 041 134)	-	7 544 593

Os saldos relativos às remunerações pagas/a pagar ao pessoal-chave da gestão (administradores) encontram-se divulgadas na Nota 20.

As transações realizadas com entidades relacionadas são decorrentes do negócio normal e realizadas em condições de mercado.

Para além das entidades identificadas pelas transações divulgadas na presente Nota, a Sociedade mantém um registo de todas as partes relacionadas (individuais e/ou coletivas) com as quais não se verificaram operações nos exercícios de 2024 e de 2023.

Este levantamento é elaborado de acordo com a IAS 24 – Divulgação de partes relacionadas, procurando proceder à identificação de relação e transações com partes relacionadas, bem como a manutenção atualizada do respetivo registo.

Em 2024, a Sociedade distribuiu dividendos ao seu acionista (LATCO) de 3 000 000 euros (Nota 13), relativos ao exercício de 2023.

25. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Justo valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros com referência a 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos ativos registados pelo custo amortizado constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a forma de apuramento e o justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e ao justo valor pode ser resumido como se segue:

	31/12/2024				Valor de balanço total
	Técnicas de valorização				
	Custo amortizado	Justo valor			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	10 463 052	-	-	-	10 463 052
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	8 427	-	-	8 427
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 4)	-	300 761	-	-	300 761
Ativos de contratos com clientes (Nota 6)	2 051 225	-	-	-	2 051 225
	<u>12 514 277</u>	<u>309 188</u>	-	-	<u>12 823 465</u>

	31/12/2023				Valor de balanço total
	Técnicas de valorização				
	Custo amortizado	Justo valor			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	10 143 221	-	-	-	10 143 221
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	8 427	-	-	8 427
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 4)	-	302 458	-	-	302 458
Ativos de contratos com clientes (Nota 6)	1 960 550	-	-	-	1 960 550
	<u>12 103 771</u>	<u>310 885</u>	-	-	<u>12 414 656</u>

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados inputs não correspondem a dados observáveis no mercado.

Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua atividade, a exposição ao risco de crédito é reduzida limitando-se ao Banco Santander Totta, aos fundos geridos e clientes de gestão de carteiras relativamente às comissões de gestão. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, títulos de dívida pública e a comissões a receber dos fundos geridos, cuja liquidação é efetuada por débito em conta pela própria Sociedade e dos clientes de gestão de carteiras.





Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a funding.

Risco de liquidez

Tendo em conta a atividade que desenvolve, a Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Disponibilidades em outras instituições de crédito ascendia a 10 463 052 euros e 10 143 221 euros, aproximadamente 81% e 81% do ativo líquido da Sociedade, respetivamente. De referir que, em 2023, as contas da Sociedade passaram a ser remuneradas pelo Banco Santander (ver nota 16).

Risco de mercado

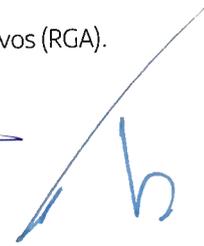
A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição direta ao risco de mercado. Esta exposição está presente na esfera dos fundos de investimento geridos e nas carteiras de patrimónios de clientes e que, por esta via, poderão afetar indiretamente os resultados da Sociedade.

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, depósitos a prazo, títulos de dívida pública e a comissões a receber denominados em euros.

26. GESTÃO DE CAPITAL

A Sociedade mantém fundos próprios superiores aos previstos no artigo 31º do Regime de Gestão de Ativos (RGA).



A política de distribuição dos resultados está condicionada pela manutenção de adequados níveis de capital que permitam à Sociedade sustentar o desenvolvimento das suas operações, dentro da sua política de riscos.

27. FACTOS RELEVANTES

Como o *deadline* da entrada em vigor da Regulamentação DORA, relativo à resiliência operacional digital do setor financeiro, aplicável a partir de 17 de janeiro de 2025, importou um sério planeamento quanto a trabalhos para a respetiva implementação. Este Regulamento implicou a sujeição da Sociedade a requisitos uniformes mais exigentes em matéria de gestão de risco operacional digital, incluindo na gestão, prevenção e reporte de incidentes relacionados com as tecnologias de informação e comunicação (TIC). O impacto do Regulamento DORA envolveu matéria de governação e de gestão do risco associado às TIC, sob a responsabilidade expressa do órgão de administração, em particular na necessidade de adaptação de estrutura organizacional no domínio deste risco, incluindo o decorrente da prestação de serviços TIC por terceiros.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes que afetem as demonstrações financeiras apresentadas e devessem ser registados e/ou divulgados.



O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Asset Management – SGOIC, SA. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 12.968.068 euros e um total de capital próprio de 8.944.481 euros, incluindo um resultado líquido de 3.142.697 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Asset Management – SGOIC, SA em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 dos Organismos de Investimento Coletivo (OICs), por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria (Relatórios) sem reservas. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos OICs, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Entidade, na qualidade de sociedade gestora, do respetivo órgão de fiscalização e do auditor dos OICs, assim como na análise dos Relatórios por este emitidos.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

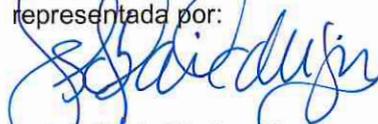
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

13 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, ROC n.º 952
Registado na CMVM com o n.º 20160569

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Ao Acionista da
Santander Asset Management – SGOIC, S.A.**

1. Relatório

1.1. Introdução

Nos termos da Lei e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“Sociedade”) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1.2. Fiscalização

No período em que estivemos em funções acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2024, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2024, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

Acompanhámos preliminarmente as contas, os resultados e o resumo da atividade desenvolvida pela Sociedade no final dos meses de maio e setembro de 2024, bem como os Relatórios sobre os Resultados das atividades de Controlo da Função de Cumprimento e da Função de Gestão de Riscos com referência aos 2º e 4º trimestres de 2024.

Procedemos à leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, das reuniões da Assembleia Geral, bem como à análise de informação diversa considerada relevante para efeitos da emissão do presente Relatório e Parecer.

Tomámos conhecimento dos Relatórios de Auditoria, emitidos em 6 de fevereiro de 2025 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas dos Fundos geridos pela Sociedade (i) na modalidade de opinião sem reservas e com ênfase em 2 Fundos Mobiliários (Santander Select Defensivo e Santander Carteira Alternativa) e num Fundo Imobiliário (Imorent), e (ii) na modalidade de opinião sem reservas nos demais Fundos Mobiliários e Fundos Imobiliários, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e cujos conteúdos damos aqui como integralmente reproduzidos.

Reunimos com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade, da qual obtivemos os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas, por si emitida em 13 de fevereiro de 2025 na modalidade de opinião sem reservas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com a qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzida.

2. Parecer

Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:

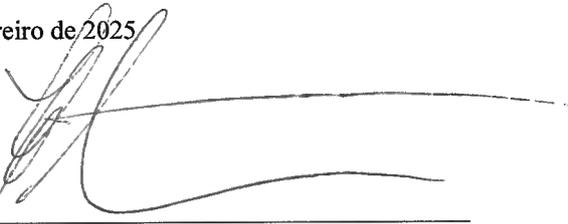
mas
RS

- a. O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
e,
- b. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores da Sociedade e aos Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2025

O Conselho Fiscal,



José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt

(Presidente)



Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

(Vogal)



Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento

(Vogal)